



Em Destaque

## Desenvolvimento e Complementaridades



Sol-do-Ave

**Vale do Ave**

**P 12 Fim-de-semana no Vale do Ave**

**P 4 e 5 Desenvolvimento e animação territorial**

**P 6 e 7 O LEADER e outros programas no Vale do Ave**

**P 15 Complementaridades no desenvolvimento rural**





# Missão cumprida!

É gratificante chegar ao final de um projecto que começou, paulatinamente, a ganhar forma e dimensão e que chega agora ao seu término! Assim é o caso deste jornal, órgão de animação da Rede Portuguesa LEADER+, que chega ao final de mais uma etapa, dado que estão a terminar, também, as actividades da Rede Portuguesa LEADER+, no âmbito desta iniciativa comunitária.

Partilhando, num breve balanço, o trabalho desenvolvido desde o início deste jornal - Agosto de 2002 - importa afirmar que o Jornal Pessoas e Lugares (JPL) foi realizado através de uma parceria inovadora entre uma entidade pública, a actual Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), entidade gestora do Programa LEADER+ e duas entidades privadas, a INDE - Intercooperação e Desenvolvimento e a Federação Minha Terra, e cujo resultado positivo é de enaltecer. Independentemente da necessária reflexão e avaliação que um processo destes exige é importante acentuar que o cumprimento desta “missão” foi um processo contínuo, dinâmico e colectivo, que contou com inúmeras participações, desde responsáveis institucionais, peritos, técnicos e pessoas convidadas a participar com um artigo, uma opinião ou uma pequena notícia. Aos Grupos de Acção Local (GAL) coube o papel de acrescentar valor a este jornal, relatando as suas iniciativas, descrevendo as experiências e divulgando o seu território. O Conselho Editorial teve a responsabilidade de propor, identificar e seleccionar ideias e artigos para garantir uma linha editorial que se pretendia positiva, construtiva e empreendedora. A equipa redactorial da INDE organizou toda a componente redactorial e gráfica necessária à edição regular e a DGADR, entidade responsável pela Rede Portuguesa LEADER+, definiu a estratégia de distribuição do JPL, acompanhou e coordenou todo este processo.

A Rede LEADER+ teve por enfoque estratégico valorizar a imagem das zonas rurais, promovendo o trabalho em rede e em cooperação dos diversos actores intervenientes no seu desenvolvimento, sejam associações de desenvolvimento local, cooperativas, organismos públicos regionais e locais. Pretendeu, também, interligar e articular as diversas acções realizadas no âmbito da abordagem LEADER, assim como criar mecanismos de informação e divulgação sobre o mundo rural e as acções de desenvolvimento local, suscitadas por esta Iniciativa Comunitária.

Nesta perspectiva pretendeu-se, com este jornal, proporcionar informação sobre os territórios rurais, divulgar iniciativas dos diferentes actores envolvidos neste processo. O JPL, com uma tiragem de 6000 exemplares, foi difundido para todo o continente e ilhas, com a finalidade de sensibilizar públicos rurais e urbanos para os problemas e potencialidades do mundo rural e foi conquistando, progressivamente, um público vasto e diversificado, como testemunham as muitas cartas que fomos recebendo ao longo destes anos e a cujos remetentes muito agradecemos as suas palavras de estímulo e coragem para continuar este trabalho. Algumas das cartas que nos foram enviadas atribuíam, mesmo, um significado particular ao conteúdo deste jornal na medida em que permitia aprofundar a discussão de alguns temas de interesse, numa perspectiva mais didáctica e pedagógica. Como nota de interesse, destaca-se que os actuais assinantes do JPL, de distribuição gratuita, eram, na sua maioria, estruturas autárquicas municipais (32%), pessoas singulares que foram pedindo o envio do jornal para o seu domicílio (30%), associações, cooperativas e organizações locais de desenvolvimento (26%) e instituições públicas diversas como sejam, escolas, universidades, centros de formação profissional, parques naturais, entre outros (12%).

As 54 edições do JPL deram destaque, nas páginas centrais, a informação específica relativa aos territórios LEADER+ e, nas restantes, proporcionou-se uma reflexão sobre temas variados e de interesse para as zonas rurais, como sejam a competitividade, coesão social, qualificação e diversificação da economia rural (todos estes jornais podem ser consultados em [www.leader.pt](http://www.leader.pt)), dando visibilidade a ideias e projectos com forte sentido local e empreendedor. A escolha dos temas, sempre feita em articulação e sintonia com os interesses do GAL, apresentados nas

páginas centrais foi, também, um motivo de particular atenção, dada a sua ligação às estratégias de desenvolvimento local.

A ideia da existência de um órgão de informação escrito para animar a rede LEADER surgiu no LEADER II, na sequência do trabalho realizado pela Célula de Animação do LEADER II e a sua posterior continuação ganhou força no LEADER+ quer pelos resultados alcançados, quer porque se considerou fundamental responder, positivamente, às expectativas dos que trabalham e vivem nestas zonas.

Vivemos num tempo em que o conhecimento, a informação e a qualificação são elementos estratégicos fundamentais para o desenvolvimento e, nesse sentido, é pertinente equacionar a melhor forma de garantir a continuidade deste trabalho, independentemente do seu formato, em suporte papel, digital ou outra. A vontade e a criatividade impõem-se, nesta situação, como elementos centrais para edificar um projecto em que se acredita. Os pretextos para melhorar uma experiência, ajustá-la a outros interesses e realidade podem ser muitos mas, neste caso, deve ganhar prioridade o argumento de não deixar morrer uma iniciativa que conseguiu ocupar um lugar na informação nacional dedicada ao desenvolvimento rural, que é escassa, que não cativa o interesse dos jornais nacionais de maior tiragem e que exige alguns meios e recursos financeiros para a manter.

A experiência realizada com a organização de debates e conferências, nalguns territórios LEADER, demonstrou que é possível fazer melhor e que é vantajoso e importante incentivar e dinamizar a reflexão/discussão sobre problemas de interesse local que estimule a emergência de novas abordagens ao desenvolvimento, que garanta a troca e partilha de informações, que facilite os contactos entre as pessoas e que seja mais um dos muitos instrumentos que fortalecem o capital social e estimulam a consciência crítica e reflexiva dos cidadãos. Por isso, a linha editorial do JPL apostou na realidade local, dando vez e voz à pessoa, ao técnico, ao cidadão, à associação e à empresa fortalecendo, de uma forma simples e positiva, o factor humano e a comunicação. Foi este o nosso modo de estar e construir este jornal. Acho que valeu a pena!

Muito ficou por fazer, o que é natural e compreensível num processo dinâmico como este e com esta natureza de trabalho em parceria. Queremos sempre mais e melhor. Muitas foram as ideias não concretizadas, por condicionalismos por vezes difíceis de ultrapassar, mas fica a grata sensação de encerrar um processo que atingiu, em grande parte, os seus objectivos e que permitiu chegar perto de PESSOAS que se destacam pela sua teimosia em querer fazer dos territórios rurais LUGARES com qualidade para o presente e com sustentabilidade para o futuro. Foi bom e gratificante ter estado aqui. Até sempre,

**Maria do Rosário Serafim**  
Rede Portuguesa LEADER+



# Desenvolvimento e animação territorial

A evolução recente da natureza e da complexidade das desigualdades e discriminações no acesso ao emprego coloca desafios acrescidos à promoção activa da cidadania nas sociedades europeias contemporâneas. A acção deixa de poder confinar-se exclusivamente à promoção do acesso ao emprego como via para o acesso ao rendimento, à integração social e à realização de direitos sociais. A promoção do acesso ao emprego passa a colocar-se num contexto mais alargado da acção para a integração económica e social e para a promoção da cidadania.

Por outro lado, as manifestações concretas de desigualdade e discriminação no acesso ao emprego revelam expressões diferenciadas ao longo do território nacional e assumem características únicas em cada unidade territorial. Assim, a promoção do acesso ao emprego passa a ter que incorporar também o reconhecimento dessa especificidade na concretização da acção.

Assim, questões de integração de políticas de governança de base territorial e de produção de competências específicas e genéricas ganham relevância acrescida para a implementação da Estratégia Europeia de Emprego no quadro da Estratégia de Lisboa. É neste quadro que pode ser perspectivado o contributo dos resultados alcançados pelos projectos que integraram a Rede Temática 5 da Iniciativa Comunitária EQUAL “Animação Territorial e Sectorial”.

## A Rede Temática 5 “Animação Territorial e Sectorial”

A iniciativa local e as condições organizacionais e institucionais da auto-sustentação da acção situam-se no centro da reflexão sobre a articulação territorial das políticas públicas para o emprego e sobre as formas de governança local que possam contribuir para a melhoria dos seus resultados. Mas, este tipo de iniciativas não tende a emergir “espontaneamente” da forma mais adequada.

A sua “não-emergência” torna-se ela própria objecto de reflexão (Henriques, 2006). A sua relação com processos de “desintegração territorial” que concorrem para a desestruturação económica e socioinstitucional das comunidades locais carece de reflexão autónoma.

A “animação” encontra, assim, o seu sentido estratégico em dois domínios diferentes:

- o domínio das políticas públicas e das condições institucionais que as relacionam com a criação de novas formas de governança orientadas para a auto-sustentação da acção de base territorial (face à não-emergência espontânea de iniciativa local);
- o domínio das condições teórico-conceituais e metodológicas que contribuem para a definição do conteúdo substantivo da acção de “animação” (independentemente da entidade que a promova) e para o desenvolvimento de competências adequadas a esse tipo de acção.



Workshop de Ate / Gil Lemaire

A “animação” permite redefinir o emprego não como um fim em si mas como meio para o acesso a recursos monetários, para a criação e preservação de relações de interdependência social e para a facilitação da realização de direitos sociais. Em última análise, permite recentrar o “económico” nas condições facilitadoras, ou bloqueadoras, da satisfação de necessidades humanas.

A experiência dos projectos que integram a Rede Temática “Animação Territorial e Sectorial” constitui um contributo de assinalável qualidade no aprofundamento desta reflexão. Através da sua experiência e dos seus resultados os projectos estão em condições de ilustrar possibilidade de acção. Os “produtos” por si preparados constituirão um suporte possível à acção a desenvolver noutros contextos.

## Temas emergentes

Entretanto, o aprofundamento da reflexão colectiva foi permitindo identificar “temas emergentes” transversais ao conjunto dos projectos: Cidadania, Desigualdades e Território; Novas Formas de Governança e Acção de Base Territorial; Estratégias de Animação; Estratégias de Animação para a Integração Económica; e Estratégias de Mobilização de Conhecimentos, Aprendizagem e Produção de Competências. Todos os projectos desenvolveram aspectos da sua experiência relacionados com qualquer destes temas

## Mensagens-chave

Com base nos temas emergentes foi possível alicerçar mensagens-chave relativas aos resultados alcançados. Os projectos estão em condições de disponibilizar:

- Conhecimento aprofundado sobre a relação entre as causas dos problemas de discriminação e desigualdade no acesso ao emprego e a especificidade das suas manifestações locais e sobre as causas da persistência desses problemas face às respostas públicas existentes, principalmente, quando associados a processos de “desintegração territorial”;
- Inovação viabilizada pela actividade experimental desenvolvida e ilustração de como é possível aperfeiçoar aspectos específicos das respostas públicas na promoção do acesso ao emprego junto de públicos desfavorecidos, nomeadamente, através de acções de animação para a “reversão” daqueles processos e para a facilitação da emergência de iniciativa local;
- Perspectivas sobre as “condições de possibilidade” viabilizadoras dessa inovação e da sua “transferência” para outros contextos (“transferabilidade metodológica”, *mainstreaming* horizontal) e perspectivas sobre as condições de que possa depender a generalização da inovação testada, ou seja, as mudanças societárias a induzir por forma a assegurar aperfeiçoamentos nas respostas públicas no acesso ao emprego com base na inovação testada (“recomendações de política”, *mainstreaming* vertical) e com base nos “Produtos Equal” validados.

A experiência desenvolvida pelos projectos permite, assim, contribuir para situar a relevância estratégica da animação na promoção do acesso ao emprego e para situar a natureza substantiva da acção nesse domínio.

De um modo geral, a experiência mostra a relevância central de domínios relacionados com a descentralização (atribuições, competências e recursos das autarquias locais, etc.) e a desconcentração (autonomia dos órgãos desconcentrados dos serviços públicos de emprego, etc.) na construção de novas formas de governança orientadas para a “reversão” de processos de “desintegração territorial” e para a imprescindibilidade da pré-existência de formas organizativas das quais possam depender posturas proactivas na animação de base territorial para o rendimento, o emprego e a cidadania.



Workshop de Aite / Gil Lemaître



Workshop de Aite / Gil Lemaître

## Estratégias de intervenção

- Reconhecer a não-emergência de iniciativas locais orientadas para a reversão de processos de desintegração territorial dificultadoras do acesso ao emprego como problema de política pública ao qual a animação territorial e sectorial procura responder como forma de capacitação para a acção;
- Envolver todos os domínios das políticas públicas com relevância para o emprego e estimular o envolvimento alargado dos agentes sociais em estratégias de desenvolvimento de base territorial (desenvolvimento local) com base na percepção relativa à respectiva interdependência, com base na percepção relativa à diversidade espacial e à especificidade local das possibilidades de acção e com base na percepção de que a sinergia potencial resultante daquela interdependência depende fortemente de condições pré-existentes de capacidade de iniciativa e de organização de base territorial; a superação da não-emergência espontânea de iniciativa local, justifica, por isso, atenção prioritária nas políticas públicas contemporâneas à criação de condições para a constituição de entidades que possam incorporar funções de animação para o emprego nas suas missões;
- Estimular o envolvimento directo dos municípios na mobilização das comunidades locais e na facilitação do envolvimento de outros agentes sociais em matérias relevantes para o emprego (atribuições, competências e recursos das câmaras municipais, promoção da inovação neste domínio, etc.) e criar condições para que organizações da sociedade civil (associações de desenvolvimento local, associações empresariais, etc.) possam conhecer condições de auto-sustentação da sua acção a partir do reconhecimento da imprescindibilidade do seu contributo em funções socioeconómicas de animação de base territorial (novas formas de contratualização público-privado, capacitação e condições gerais para a auto-sustentação, etc.);
- Deverão ser asseguradas condições para a aprendizagem situada de técnicos das organizações relevantes com recurso a metodologias com apoio na criação de "Comunidades de Prática" presenciais, e virtuais, tendo em vista a produção de competências específicas e genéricas e de modo a assegurar respostas adequadas à complexidade dos desafios em causa.

## Modelos organizativos e condições para a acção

- A constituição de parcerias de acção alargadas de base territorial deverá ser estimulada criando para o efeito as necessárias reestruturações organizativas para o reforço da cooperação interinstitucional, para a transparência e o acesso a informação relevante e para a plena realização das potencialidades das TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) no eGovernment para a modernização administrativa;

- A experiência da Iniciativa Comunitária EQUAL em torno das respectivas "Parcerias de Desenvolvimento" poderá ser "revisitada" e avaliada tendo em vista o aprofundamento da acção no sentido da concepção e implementação de novas formas de governança que possam permitir combinar a flexibilidade nos diferentes domínios de política pública, condições para a coordenação a diferentes níveis territoriais e o envolvimento de organizações locais tendo em vista a animação para o rendimento, o emprego e a cidadania;
- Adequar as competências decisórias dos serviços públicos de emprego ("Centros de Emprego", etc.) à possibilidade de envolvimento em estratégias específicas de desenvolvimento local e em parcerias alargadas de base territorial e dotação das suas organizações com equipas técnicas com competências diferenciadas (específicas e genéricas) e adequadas à exigência elevada com que a administração pública se defronta neste domínio com atenção particular aos critérios de recrutamento (qualidade da experiência profissional anterior, capacidade de análise crítica sobre o funcionamento da administração pública, criatividade e capacidade de empenhamento proactivo em acção transformadora, etc.) e às condições de formação avançada de qualidade (capacidade de percepção crítica das dinâmicas de emprego locais, capacidade de antecipação estratégica, capacidade de interpelação directa dos agentes sociais locais e capacidade de aperceber as respectivas racionalidades diferenciadas, capacidade de diálogo multicultural e interdisciplinar, capacidade de relação interpessoal facilitadora do trabalho em equipas interinstitucionais, etc.);
- A qualificação dos técnicos da administração pública e das organizações implicadas na animação para o emprego deve merecer atenção prioritária já que estão em causa competências diversificadas (específicas e genéricas), não asseguradas pelo ensino convencional e de cuja aquisição depende a possibilidade de construir novas formas de governança, aproveitar as potencialidades do eGovernment e da informação acessível através das plataformas virtuais (EQUAL, EUKN, URBACT, etc.) e contribuir para a mudança nas comunidades locais no sentido dos desafios colocados pela Estratégia de Lisboa (animação proactiva, capacidade de iniciativa e organização, interpretação crítica e antecipação estratégica, mediação intercultural, percepção integrada de desafios de competitividade, coesão social e sustentabilidade, etc.); a concretização de estratégias de animação territorial é exigente e pressupõe grande solidez na percepção crítica dos factores inibidores de iniciativa e na sensibilidade para a complexidade e exigências da acção de animação.

**José Manuel Henriques**  
CET - Centro de Estudos Territoriais / ISCTE

O LEADER e outros programas no Vale do Ave

# P'las mãos da Sol do Ave

ADAPT, AGRIS, AGRO, EMPREGO (EIXO INTEGRA), EQUAL, EUROFORM, FORAL, FORDESQ, HORIZON, INTEGRAR, LEADER II, LEADER+, NOW, PESSOA, POEFDS, PROCOM, PROGRIDE, PRONORTE... De iniciativa comunitária, nacional ou regional são muitos os programas que fazem parte do currículo da Sol do Ave. Uma Iniciativa Local de Emprego (ILE), criada em 1993, que se fez Associação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave.

Um território onde se distinguem duas zonas, uma predominantemente agrícola, Alto Ave (concelhos de Vieira do Minho e parte oriental de Fafe), outra fortemente industrializada, Médio e Baixo Ave (concelhos de Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Vizela, Trofa, Santo Tirso e parte ocidental de Fafe), com diferentes problemáticas de desenvolvimento. Por isso, variedade rima, aqui, necessária e obrigatoriamente, com complementaridade.

“O desafio é constante”, afirma Mafalda Cabral, coordenadora do Departamento de Desenvolvimento Rural da Sol do Ave e uma das técnicas há mais tempo na associação. “Começámos em 1993 com acções de formação de agentes de desenvolvimento regional e animadores de desenvolvimento local no âmbito da Iniciativa Comunitária EUROFORM e a Rede de Clubes de Emprego do Vale do Ave que foi, digamos, a nossa rampa de lançamento”. A partir daí, “fomos desenvolvendo outras actividades, procurando dar resposta aos problemas prementes na região, que foi sempre a nossa principal preocupação”.

A clara dicotomia que o Vale do Ave encerra, associando o agrícola e o industrial numa relação histórica de complementaridade, traduz-se num desafio ainda maior, segundo Mafalda Cabral. “Temos aqui concelhos com características rurais e concelhos claramente industrializados. São realidades completamente distintas” que, numa lógica de uma intervenção integrada, obrigam a Sol do Ave a recorrer a programas e financiamentos diversos, com uma particularidade, sublinha, de no espaço de dez anos o panorama poder mudar radicalmente. “Quando a Sol do Ave surgiu, a região estava a sair da grande crise dos anos 80, sendo absolutamente necessário intervir ao nível da formação e do emprego. O que está a acontecer hoje, é uma fase muito semelhante, com o declínio de tecido empresarial e um número de desempregados brutal, e portanto há aqui, mais uma vez, uma intervenção prioritária ao nível do emprego”, que nós procuramos complementar com a formação”.

A formação tem sido, assim, uma das principais áreas de actuação da Sol do Ave, por se tratar “de uma região com muito baixas qualificações escolares e profissionais”, como explica Marta Coutada, coordenadora

do Departamento de Formação da associação. “Durante muitos anos trabalhámos uma formação mais orientada para a qualificação profissional porque não existia qualificação escolar, sempre muito direccionada para públicos desfavorecidos. Com o surgimento da dupla certificação [escolar e profissional], nós apostámos muito nesta área por vir a colmatar uma necessidade que já vínhamos sentindo ao longo dos anos: a qualificação das pessoas”.

A formação de adultos, através dos cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) foi a grande aposta da associação. Segundo Marta Coutada, a Sol do Ave conseguiu certificar com o 9º ano 400 pessoas em cinco anos (2001-2006). “O que é muito bom. São poucas as instituições que conseguem atingir estes números só com estes cursos”. Os cursos abrangeram diversas áreas, tais como, apoio familiar, geriatria, acção educativa, práticas administrativas, instalação e operação de sistemas informáticos, costura, carpintaria e jardinagem, e tiveram lugar um pouco por todo o Vale do Ave.

Não tendo tido a experiência de Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC), a Sol do Ave prepara-se para ter um Centro Novas Oportunidades (CNO). “Neste momento [Dezembro de 2007], já temos mais de mil inscrições, mas destes talvez apenas 20 por cento possam fazer o processo, porque a maioria precisa de um curso EFA para atingir o 9º ano”, explica Marta Coutada.

## Parcerias locais e trabalho em rede são fundamentais

E ainda que a ligação entre programas esteja inerente à estratégia de intervenção da Sol do Ave, nem sempre é possível “dar uma resposta tão ampla quanto gostaríamos”, porque existem limitações financeiras. “Nunca se pode respirar fundo e dizer que as coisas agora estão estabilizadas; há sempre um turbilhão de mudanças que obrigam a uma adaptação constante à conjuntura e ter agilidade de pensamento para ultrapassar os problemas”. Mafalda Cabral refere-se em especial à intervenção em Guimarães, onde está sedeadada a associação. O concelho onde a associação tem uma “intervenção mais forte”, devido à existência de um conjunto de problemáticas “que exige uma intervenção mais específica”, sobretudo ao nível de estratégias e instrumentos de combate ao desemprego e qualificação das pessoas.

Tendo tido na dinamização da Rede de Clubes de Emprego e das UNIVA (Unidades de Inserção na Vida Activa) um dos primeiros desafios de intervenção integrada, contando em 1996 com sete unidades localizadas nos diferentes concelhos do Ave, é no âmbito do Programa PROGRIDE que a Sol do Ave dá um passo decisivo na sua estratégia de complementaridade, com o projecto “Despertar”. “O concelho de Guimarães é talvez aquele onde temos claramente uma zona urbana e freguesias com índices de ruralidade muito acentuados. Este projecto corporiza esta complementaridade de intervenção rural/urbano, permitindo evidenciar a questão da integração numa intervenção abrangente de territórios distintos”. A existência de uma unidade móvel que vai ao encontro da população revela-se o aspecto mais interessante para Mafalda Cabral. “A unidade móvel, uma auto-caravana, percorre todas as 69 freguesias do concelho de Guimarães, permitindo, por um lado, prestar os serviços que uma UNIVA prestaria ao nível do apoio ao emprego, por outro, potenciar outras actividades”. (ver caixa)

Fazendo questão de sublinhar a “oportunidade” dos programas LEADER II e LEADER+, cuja metodologia promove uma abordagem territorial integrada e, portanto, a complementaridade entre diferentes programas de apoio, Mafalda Cabral é peremptória: “O LEADER é um instrumento de intervenção fundamental mas existe um conjunto de programas que complementam esta intervenção; é importante ter uma percepção integrada do território”.





E, neste sentido, as parcerias locais, a cooperação e o trabalho em rede afiguram-se, senão imprescindíveis, fundamentais. Entre as inúmeras parcerias, sobressai a participação da Sol do Ave na Rede Social do Concelho de Guimarães, cujo trabalho conjunto tem permitido a aprovação de projectos relevantes para o território, como o “Despertar”. Consciente do seu papel de agente de desenvolvimento no Vale do Ave, é com grande satisfação e sentido de responsabilidade social que a Sol do Ave agarra cada novo projecto. Entre os mais recentes, encontra-se o já referido CNO, que “faz todo o sentido, na continuidade das actividades que temos vindo a desenvolver”, e a gestão de Contratos Locais de Desenvolvimento Social em quatro concelhos do Vale do Ave (Póvoa de Lanhoso, Fafe, Santo Tirso e Trofa). “Vai ser um teste à nossa capacidade de resposta, até porque somos a única entidade a nível nacional que vai gerir quatro concelhos”, mas também por se tratar “de concelhos com características completamente diferentes”, admite Mafalda Cabral. Mais um projecto, mais uma oportunidade de intervir no território, em diferentes áreas, encaradas como parte de uma estratégia comum, numa perspectiva de complementaridade de recursos e proximidade de agentes locais. Continuar a agir nesta linha de pensamento no futuro será, seguramente, o desafio maior...

Paula Matos dos Santos



Curso EFA / Sol do Ave

## Despertar

O “Despertar”, no âmbito do Programa Progride (Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco), é um projecto orientado para o concelho de Guimarães, com uma intervenção alargada no tempo (2005-2009), localmente suportada por uma parceria<sup>1</sup>, que se traduz num conjunto de respostas sociais de natureza multidimensional.

“Desenhado em função das principais necessidades identificadas no concelho de Guimarães”, na sequência do trabalho de diagnóstico social desenvolvido no âmbito da Rede Social do Concelho de Guimarães, o “Despertar” abrange cinco grandes acções, “que considerámos importante trabalhar no conjunto das 69 freguesias do concelho de Guimarães, organizadas em comissões inter-freguesias (de três a oito) que trabalham em conjunto os problemas existentes”, explica Maria José Afonso, coordenadora do projecto, cuja equipa integra mais seis técnicos.

A primeira acção do “Despertar”, Apoio ao Emprego, surge no sentido de dar resposta a um dos principais problemas do concelho, e decorre com o suporte logístico da unidade móvel (uma auto-caravana) que percorre todas as freguesias, numa dupla dimensão: por um lado, levar a informação às pessoas, proporcionando-lhes ofertas de emprego, nomeadamente as disponíveis no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), por outro, orientar as pessoas na procura de novos recursos que vão de encontro às suas competências, motivações e aspirações.

Acção 2, Apoio à Infância. Ainda que tivesse sido prevista também uma unidade móvel, o apoio às crianças encontra-se restrito a três espaços geográficos do concelho: dois em bairros sociais de Guimarães, onde não existe qualquer recurso de apoio à infância, outro numa área mais rural do concelho, na Casa do Povo de Briteiros. Esta acção vai de encontro, por um lado, aos tempos livres das crianças, numa perspectiva lúdica e pedagógica, por outro, dos pais, numa vertente mais educativa, no sentido de “como educar os filhos”, “como agir”.

Na Acção 3, Apoio à Juventude, entre as diversas actividades, destaca-se a Consulta Jovem. Um espaço de atendimento anónimo e confidencial que tem por objectivo facilitar e proporcionar aconselhamento aos jovens nas áreas escolar, vocacional, saúde e pessoal. Funciona no recreio de nove escolas do 2º e 3º ciclos do concelho, duas vezes por semana (nos dias em que a unidade móvel não está a fazer apoio ao emprego).

Na Acção 4, Rede de Voluntariado, foi criada uma plataforma no site da Câmara Municipal de Guimarães para facilitar o encontro entre os candidatos

a voluntários, que pretendem oferecer algum do seu tempo livre, e as entidades acolhedoras, com dificuldades de recursos humanos.

A acção 5 é transversal a todas as outras, visando o atendimento e acompanhamento à população em situações identificadas no âmbito das outras acções e que importa reencaminhar para uma técnica de serviço social.

<sup>1</sup> Conselho de Parceiros do Projecto Despertar: Câmara Municipal de Guimarães (entidade promotora); Sol do Ave (entidade executora); Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Braga; Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais; Associação Comercial e Industrial de Guimarães, CASFIG - Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações Sociais de Guimarães; Casa do Povo de Briteiros, Centro de Atendimento a Toxicodependentes; Centro de Saúde Prof. Arnaldo Sampaio, Guimarães; Fraterna - Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social; Fundação Stela e Oswaldo Bomfim.



“Despertar” / Sol do Ave

## CRER - Criação de Empresas em Espaço Rural

# Uma metodologia integrada de apoio ao empreendedor

A ADRIMAG - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira, desenvolveu, durante a Acção 2 da Iniciativa Comunitária EQUAL, que decorreu de Julho de 2005 a 31 de Outubro de 2007, o projecto CRER - Criação de Empresas em Espaço Rural, que teve como resultado o aperfeiçoamento de uma metodologia de acompanhamento aos potenciais criadores de empresas da sua zona de intervenção.

Inicialmente, o objectivo do projecto era transferir e adaptar ao território nacional, uma estrutura existente em França denominada *couveuse*. Depois de realizadas visitas de estudo, onde técnicos das entidades parceiras tiveram a oportunidade de verificar a aplicação da metodologia das *couveuses* e das *Boutiques de Gestion*, a parceria de desenvolvimento do projecto CRER entendeu que a transferência da metodologia das *Couveuses* não era suficiente para uma aplicação e transferência do teste e experimentação de ideias de negócio de empreendedores, uma vez que essa metodologia estava associada à metodologia das *Boutiques de Gestion*, entidades promotoras das *couveuses*, que apoiam o empreendedor na elaboração e maturação do plano de negócios.

A metodologia do CRER, incorpora a metodologia de apoio a empreendedores para a elaboração do plano de negócios e criação de empresas, desenvolvida pelas *Boutiques de Gestion* e a metodologia para teste e experimentação de ideias de negócio, antes da criação formal da empresa, desenvolvida pelas *couveuses*.

De forma a poder incorporar neste projecto um sistema de micro-crédito, a metodologia de apoio CRER teve ainda contributos do SISE - Serviço Integrado de Suporte ao Empreendedor, necessário para a aplicação do SIM - Sistema de Micro-crédito, desenvolvido por outra parceria de desenvolvimento, e o projecto GLOCAL, no âmbito da primeira fase da Iniciativa Comunitária EQUAL.

Para perceber as competências dos empreendedores a apoiar no âmbito da CRER e analisar o seu potencial empreendedor foi ainda utilizado o perfil de competências estruturado pelo parceiro belga, Syntra Flandres, e foram adaptados vários instrumentos de identificação e avaliação de competências dos empreendedores que podem ser usados para evidenciar as competências dos beneficiários do projecto.

Assim, a metodologia de acompanhamento ao empreendedor do CRER - Centro de Recursos e Experimentação - é o resultado da conjugação de quatro metodologias distintas:

- *Boutiques de Gestion*;
- *Couveuses*;
- Glocal - SISE/SIM;
- Perfil de competências empreendedoras - Syntra Flandres.

### Apoio ao empreendedor

Esta metodologia integrada de apoio ao empreendedor tem três vertentes distintas:

- Informação e sensibilização para o empreendedorismo e criação de empresas;
- Maturação e finalização de um projecto de criação de empresas: Plano de Negócios, consubstanciada no apoio à preparação e elaboração de um plano de negócios;
- Teste e experimentação de ideias de negócio, concretizada no apoio ao teste de uma ideia de negócio, sem que o empreendedor tenha necessidade de constituir uma empresa.

Apesar da metodologia do CRER ter diversas fases distintas, com ligações entre elas, não implica a obrigatoriedade do empreendedor estar envolvido em todas. A única fase "obrigatória" a um empreendedor que queira usufruir do apoio do CRER é a fase de informação e sensibilização.

A ADRIMAG incorporou nos seus serviços a metodologia CRER e tem vindo a apoiar empreendedores com recurso a esta metodologia, de forma a poder analisar a viabilidade dos negócios e ajudar os empreendedores da sua região na criação de empresas, na pesquisa de financiamento e na promoção do negócio. Os empreendedores apoiados são encaminhados para o financiamento que melhor se adequa à situação profissional em que se encontram.

A metodologia está estruturada de uma forma integrada e complementar: integra metodologias e instrumentos desenvolvidos noutras entidades e iniciativas e permite complementar o serviço de apoio ao empreendedor com outras iniciativas, fazendo o encaminhamento para outros projectos, de acordo com as suas necessidades, tendo em conta o perfil do empreendedor e a sua situação perante o emprego. O encaminhamento pode ser ao nível de formação e educação, orientando o empreendedor para o processo de reconhecimento, validação e certificação de competências ou para formação específica, necessária ao desenvolvimento do negócio. Pode ser igualmente dada orientação relativa ao nível de recurso a financiamento, dando indicações sobre os sistemas de incentivos existentes, a nível regional e nacional, e sobre o micro-crédito.

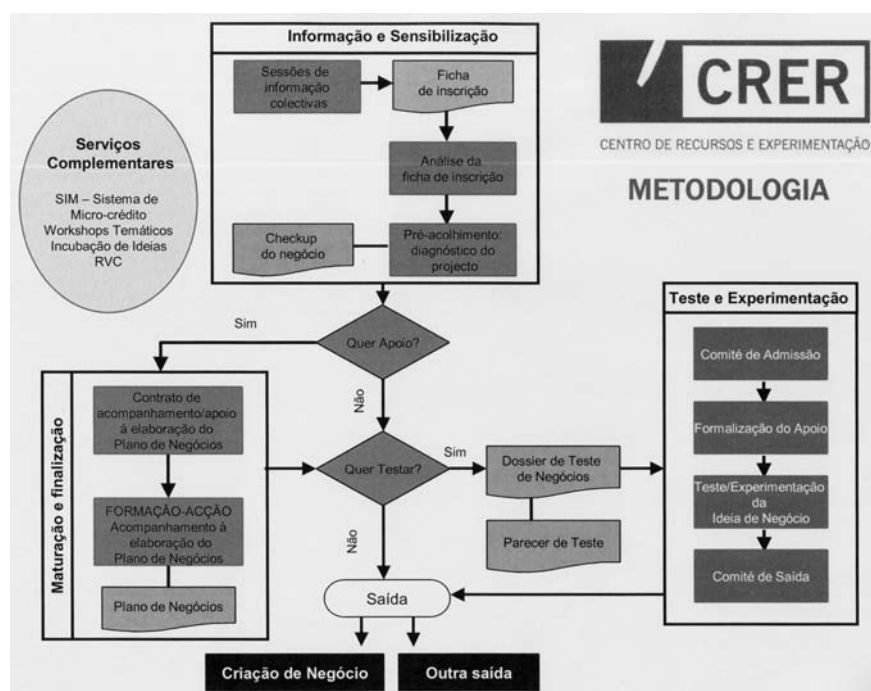
A análise das competências e das necessidades do empreendedor é feita com apoio de instrumentos desenvolvidos pela parceria de desenvolvimento do projecto CRER (*check up* do negócio e lista de verificação de competências empreendedoras) e permitem ao técnico uma análise mais concreta e facilitada das competências e do perfil do empreendedor.

Num futuro próximo, todos os empreendedores que pretenderem usufruir de financiamento e fundos que venham a ser concedidos através da ADRIMAG, terão obrigatoriamente de passar pelo apoio do CRER. Esse apoio será uma mais-valia para o empreendedor e para a ADRIMAG, já que poderão, com mais detalhe e de uma forma mais concreta e fundamentada, pensar no projecto e nos resultados de criação da empresa e verificar a sua viabilidade, através da elaboração de um plano de negócios e de um estudo de viabilidade, apoiados por técnicos especializados na área.

Durante o ano de 2008, esta metodologia vai ser disseminada para outras entidades, com o desenvolvimento da Acção 3 do projecto CRER, apoiado pela EQUAL. As actividades englobam assistência técnica nas entidades apropriadoras de forma a analisar a melhor forma de incorporação da metodologia e dos seus instrumentos e formação dos seus técnicos para que possam dar apoio aos empreendedores, utilizando a metodologia e os instrumentos do CRER. Para além da metodologia do CRER, será ainda disseminado para outras entidades, o produto "Avaliação de competências através de actividades *outdoor* - competências empreendedoras e competências "EQUAL", um guia de orientação para aplicação de instrumentos *outdoor*, que possibilitam a identificação e avaliação de competências. Este produtos estão disponíveis no site [www.crer.pt](http://www.crer.pt).

Susana Martins

ADRMAG - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira







Moreira de Rei (Fafe) / Sol do Ave

**Vieira do Minho, Fafe e Guimarães ora na íntegra ora em parte constituem a Zona de Intervenção (ZI) LEADER+ do Vale do Ave. Estes três concelhos do Entre Douro e Minho integram a NUT III Ave e pertencem ao distrito de Braga. Refira-se que apesar do LEADER+ estar circunscrito a todo o concelho de Vieira do Minho e 32 freguesias rurais de Fafe, correspondentes à subregião do Alto Ave, e 30 freguesias de Guimarães, da subregião do Médio Ave, a Sol do Ave, no âmbito da sua intervenção geral, tem como abrangência os concelhos que compõem a NUT III Ave.**

**O território**

A região do Vale do Ave, localizada no noroeste de Portugal, é vizinha a sudoeste da região do Grande Porto, a norte do Cávado, a sul do Tâmega e a nordeste do Alto Trás-os-Montes. O rio Ave, que nasce na Serra da Cabreira a 1.200 metros de altitude e percorre cerca de 94 quilómetros até à foz, é o elemento de definição de uma região, cuja organização espacial, povoamento e economia acompanham a disponibilidade dos recursos hídricos, também eles fonte de interdependência entre os concelhos. A orografia varia entre o nível do mar a oeste e os 1.300 metros da Serra da Cabreira no nordeste. Desenha três subregiões: Baixo Ave, Médio Ave e Alto Ave. A densidade populacional e os níveis de desenvolvimento acompanham de forma proporcionalmente invertida a curva orográfica. À medida que nos distanciamos do litoral, do Baixo e Médio Ave, mais industrializados, beneficiados por melhores acessos, e entramos no interior rural profundo, no Alto Ave, as terras ficam mais altas, mais despovoadas e despojadas de desenvolvimento.

A ocupação do território na região do Vale do Ave é muito variável. Por um lado, temos o modelo urbano-difuso do Baixo e Médio Ave e, por outro, o modelo de povoamento de montanha do Alto Ave. Daí o déficit de coesão em termos geográficos, demográficos, sociais e económicos, determinante para o desenvolvimento do território. Nas subregiões do Baixo Ave e Médio Ave, a problemática do desenvolvimento coloca-se essencialmente a nível industrial, enquanto que nos concelhos do Alto Ave esta questão está intimamente relacionada com o desenvolvimento rural.

Morfologicamente, o território alterna entre altos e baixos. O Alto Ave, que abrange o concelho de Vieira do Minho e a parte oriental de Fafe, nomeadamente na Serra de Cabeceiras, uma continuidade da Serra da Cabreira, é montanhoso e caracteriza-se por pendentes declivosas, relevos acentuados e vales encaixados por onde correm linhas de água de carácter torrencial, com riscos frequentes de erosão. Enquanto no centro e oeste da região dominam vales, a noroeste e sudoeste emergem terras altas, com características rurais e afinidades com as zonas mais montanhosas do interior. No Médio Ave, dos concelhos de Guimarães e Fafe ocidental, reina um ambiente de montanha, recortado por vales. É uma zona de transição entre o vale, a Oeste, e a montanha, a Leste. O Baixo Ave, de Vila Nova de Famalicão, Trofa e Santo Tirso, são terras planas e pouco acidentadas.

A Zona Serrana ou de Montanha é uma zona de transição entre a agricultura intensiva e a silvo-pastorícia. Apresenta grandes manchas florestais, começando já a sentir-se a dispersão do povoamento. A zona com relevo mais acentuado (altitudes superiores a 600 metros) é ocupada por manchas florestais e zonas de incultos, com reduzida densidade populacional e tendência para a desertificação (densidades populacionais inferiores a 50 hab./km²).

No vale, ao longo dos principais cursos de água, nomeadamente junto ao rio Ave e ao seu afluente o Vizela: o povoamento, a instalação de unidades industriais e a implementação das principais vias de comunicação, sobretudo nas subregiões do Baixo e Médio Ave, semearam manchas urbanas difusas e, por arrastamento, focos de poluição. Em contrapartida, a zona montanhosa apresenta-se mais preservada a todos os níveis. De facto,



uma malha densa de linhas de água, com caudal o ano inteiro, causa uma enorme disponibilidade em recursos hídricos superficiais.

A evolução da população

A Zona de Intervenção LEADER+ da Sol do Ave compreende um total de 83 freguesias, cerca de 601 km² e 85.117 habitantes. O programa LEADER+ abrange em Fafe 32 freguesias; em Guimarães 30 freguesias e em Vieira do Minho a totalidade das 21 freguesias do concelho. Tanto em Fafe como em Guimarães coexistem no mesmo espaço concelhio dois modelos distintos de desenvolvimento. Assiste-se, há décadas, ao esvaziamento das áreas rurais em benefício do engrossamento das áreas urbanas e industriais. Esta dinâmica de sentido único, prejudicial para o mundo rural, leva a Associação de Desenvolvimento Local (ADL) Sol do Ave a afirmar no seu Plano de Desenvolvimento Local (PDL) “a necessidade de uma intervenção no sentido de reverter a tendência de despovoamento verificada”.

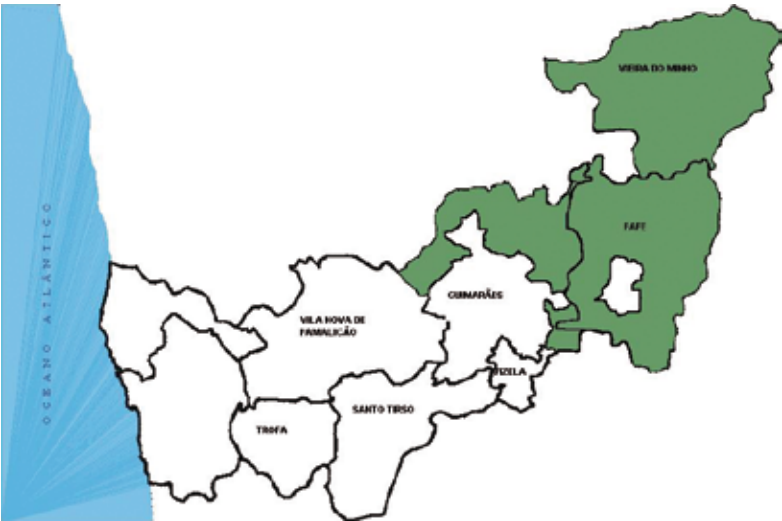
Grão a grão, como numa ampulheta avariada, a população rural cai lentamente na tentação de uma vida melhor nos centros urbanos. No concelho híbrido de Fafe, verificam-se assim terríveis discrepâncias. Nas freguesias rurais do norte e nordeste, a taxa de variação populacional entre 1981 e 2001 atingiu números insanos: Monte (-45,72 por cento); Vila Cova (-39,57); Gontim (-32,09); Várzea Cova (-31,02); Queimada-la (-26,40); Agrela (-26,16). De resto, só voltamos a encontrar outro resultado tão negativo, no extremo sul do concelho, junto à Serra da Penouta, na freguesia de Arnozela, que perdeu 24,55 por cento da sua população. Em contrapartida, no extremo oposto, no sudoeste do município, temos Fareja (61,81 por cento); Santa Cristina de Arões (48,57) e Arões São Romão (40,58), arquétipos de espaços com uma implantação industrial florescente e diversificada, próximos da sede de concelho e dos concelhos vizinhos de Guimarães e Felgueiras.

Para Guimarães, no período de 1991 a 2001, só nove freguesias (Airão São João: -12,5 por cento; Airão Santa Maria: -0,5; Leitões: -3,4; Sande São Clemente: -1,7; Barco: -1,3; Gominhães: -7,8; Gondomar: -10,7; Gonça: -6,1 e Castelões: -11,7) entre as 30 com LEADER+ perderam população. O pior registo vai para Airão São João no extremo oeste do concelho, à fronteira com Braga e V. N. de Famalicão. De resto, o saldo é positivo, reflectindo assim o resultado do concelho em si. Destacam-se ainda três freguesias no extremo este, vizinhas de Fafe: Rendufe (31,1 por cento); Atães (20) e Infantas (19,1).

O concelho LEADER+ por excelência da Sol do Ave, Vieira do Minho, não escapa ao estigma da interioridade e do isolamento, exibindo variações populacionais negativas, à excepção da sede de concelho (30,65 por cento) e da freguesia limítrofe de Eira Vedra (9,97). Dentro desse quadro negativo, destacam-se as freguesias de Salamonde (-25,08 por cento); Campos (-23,81) e Caniçada (-18,46).

Há que relevar uma nota fresca e positiva neste território LEADER+, a sua juventude. Apresenta, assim, um Índice de Dependência Jovem relativamente alto, infelizmente, tributário do êxodo de adultos activos para os centros urbanos ou para a emigração. Nesta luta pela sobrevivência a população activa deixou para trás as terras e os contingentes dos mais novos e mais velhos. Ora, o efeito da fuga não pode, por sua vez, tornar-se a causa. Os Índices de Dependência Jovem e Idosa representando antes demais encargos que vêm agravar a precariedade das famílias. Daí

Zona de Intervenção LEADER+



a urgência em travar o movimento migratório, trabalhando as sementes do futuro ainda presentes no território.

Os Mais e os Menos do território

A debilidade das infra-estruturas, acessibilidades e dinâmica agrícola são um obstáculo para a fixação da população e potencial desenvolvimento do território. Por outro lado, a reboque da industrialização, classificada aqui como “espontânea” e, portanto, imprevisível e desordenada, andam as populações que não hesitam em abandonar meras terras de subsistência. O quadro social e económico local não é brilhante: quanto mais isoladas as povoações, quanto menos acessos; quanto mais a descoberto em termos de rede de ensino, quanto menos qualificadas e quanto mais desempregadas; quanto menos infra-estruturas de rede social, quanto mais forte e alienante são os índices de dependência, e maior a necessidade de migrar para amparar tamanhas deficiências, etc.

Quando a economia e a sociedade fazem vista grossa ao território, a aposta vai para o sector do Turismo. De facto, no lado B desta composição descobrimos riqueza patrimonial e paisagística “quanto baste” para criar um produto turístico de qualidade. No domínio das potencialidades, a Sol do Ave também aponta para os recursos tais como os produtos de agricultura de montanha, artesanato de qualidade, dinamismo das pequena agro-indústrias familiares e florestas que poderão alimentar a pluriactividade na agricultura local. Este todo aliado à proximidade com as zonas urbanas pode tornar-se uma equação vencedora, nomeadamente para a criação de circuitos curtos de comercialização dos produtos da agro-indústria e artesanato, produzidos nas zonas rurais. Outro marco local essencial é a presença de um movimento cooperativo e associativo fortemente implementado a nível local. Regressando à oportunidade jovens, não há que descorar este grupo importante como potencial dinamizador das áreas rurais de residência. Finalmente, e porque o território da Sol do Ave não é uma ilha, há que tirar proveito da sua localização geográfica. Ou seja, a ZI do Vale do Ave está integrada numa região com tradição empreendedora e dinamismo territorial; uma oferta formativa e de investigação científica e a proximidade de centros urbanos importantes.

Maria do Rosário Aranha

Fonte: Plano de Desenvolvimento Local LEADER+ da Sol do Ave





# Sol do Ave

## Associação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave



De ILE (Iniciativa Local de Emprego) premiada pela Comissão Europeia a Associação de Desenvolvimento Local, a Sol do Ave conta já com quase 15 anos e um extenso currículo de actividades desenvolvidas. Tantas que levaram à estruturação da associação em departamentos – Desenvolvimento Rural, Formação e Desenvolvimento Social, de acordo com as principais áreas de intervenção. “Começámos em 1993 com acções de formação com o programa EUROFORM

e a criação da Rede de Clubes de Emprego do Vale do Ave, que foi, digamos, a nossa rampa de lançamento. Depois fomos desenvolvendo actividades noutras áreas e isso levou à necessidade de criar departamentos com equipas próprias”, refere a coordenadora do Departamento de Desenvolvimento Rural da Sol do Ave e da equipa técnica do Grupo de Acção Local (GAL), Mafalda Cabral, uma das 23 técnicas que actualmente integram o quadro da associação.

O programa LEADER II surge, em 1995, “como uma oportunidade” para “dar resposta aos problemas prementes na região”, que foi “sempre a nossa principal preocupação”. Nesta perspectiva, a Sol do Ave tem vindo a somar projectos, acções e parceiros importantes, designadamente na área social, dadas as características da região do Vale do Ave onde intervém.

Um território heterogéneo do ponto de vista económico e social, onde se distingue uma zona (Alto Ave), predominantemente rural com problemas de desertificação, envelhecimento populacional e baixos rendimentos associados à actividade agrícola, e uma zona (Médio e Baixo Ave), com forte tradição no sector industrial, sobretudo nas fileiras do têxtil e vestuário que absorvem a maior parte da mão-de-obra disponível.

Uma dualidade de contextos que atesta, por si só, a necessidade de uma dupla intervenção, no sentido de responder aos problemas das populações. “É complicado, até porque num espaço de anos o panorama pode mudar radicalmente,

obrigando-nos a uma adaptação constante à conjuntura. Às vezes, gostaríamos de dar uma resposta mais ampla mas não podemos porque temos limitações financeiras. É um desafio constante”, admite Mafalda Cabral.

Nos concelhos mais rurais, LEADER+, AGRO e AGRIS foram decisivos. Nos mais urbanos, nomeadamente Guimarães, “onde temos uma intervenção mais forte devido a um conjunto de problemáticas que exige uma intervenção mais específica”, a associação tem procurado responder através de diversos projectos no âmbito dos mais variados programas comunitários, nacionais e regionais (NOW, EUROFORM, INTEGRAR, PRONORTE, PROCOM, POEFDS, EQUAL e PROGRIDE), numa perspectiva de complementaridade. É no âmbito do PROGRIDE, vocacionado para o combate à pobreza e exclusão social, que surgiu o “Despertar”. Um projecto “desenhado em função das principais necessidades identificadas nas 69 freguesias do concelho de Guimarães” que enche de orgulho toda a equipa da Sol do Ave. (Ver pp. 6/7)

A breve prazo, depois da dinamização da Rede de Clubes de Emprego das UNIVA (Unidades de Inserção na Vida Activa) do Vale do Ave, a Sol do Ave vai ser a entidade gestora de Contratos Locais de Desenvolvimento Social em quatro concelhos do Vale do Ave e prepara-se para ter um CNO (Centro Novas Oportunidades), para assim poder responder mais cabalmente aos prementes desafios da qualificação das pessoas. Mais um desafio, na continuidade do trabalho desenvolvido até aqui, que a Sol do Ave decidiu aceitar enquanto agente de desenvolvimento com acrescida responsabilidade social.

**Sol do Ave**  
R. do Pombal, 386 Azurém  
4800-023 Guimarães  
Tel.: 253 512 333  
Fax: 253 512 419  
Email: soldoave@leader.com.pt  
Site: www.soldoave.pt

### Órgãos sociais

**Mesa da Assembleia Geral:** Presidente TecMinho - Interface da Universidade do Minho | Secretário Cooperativa Agrícola dos Agricultores de Vieira do Minho | Vogal Dalila Alves Oliveira | **Direcção:** Presidente AMAVE - Associação de Municípios do Vale do Ave | Secretário Brancelhe - Cooperativa de Prestação de Serviços Culturais e Turísticos de Interesse Público | Tesoureiro Adega Cooperativa de Guimarães Suplentes TecMinho - Interface da Universidade do Minho, Fernando António Castro Trigo | **Conselho fiscal:** Presidente Studia Forum - Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local e Regional e ao Investimento | Secretário Rui Pedro de Faria Alves e Oliveira | Vogal COOFEFE - Cooperativa dos Produtores Agrícolas de Fafe

### Associados

AMAVE - Associação de Municípios do Vale do Ave; TecMinho - Interface da Universidade do Minho; EUROINICIATIVA - Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local; Brancelhe - Cooperativa de Prestação de Serviços Culturais e Turísticos de Interesse Público; ARCO - Associação Regional de Consumidores do Vale do Ave; Casa do Povo de Briteiros; Adega Cooperativa de Guimarães; COFAFE - Cooperativa de Produtos Agrícolas de Fafe; Cooperativa Agrícola dos Agricultores de Vieira do Minho; associados individuais (11)

## PDL LEADER+ Melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais

A estratégia do Plano de Desenvolvimento Local (PDL) LEADER+ da Sol do Ave para o Vale do Ave assenta não só em intervenções específicas associadas ao tema federador subjacente – Melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais, mas também na forte articulação que existe entre o rural e o urbano, porque “a evolução deste território tem sido baseada na interpenetração que tem coexistido ao longo do tempo e, sobretudo, porque as potencialidades do mundo rural podem ser desenvolvidas pela proximidade aos centros urbanos.” Procurando dinamizar e promover a cultura local, o turismo e o lazer, recuperar e preservar o património e o ambiente, a intervenção da associação centra-se em acções de ordenamento e requalificação do espaço rural, protecção e conservação do património natural e cultural, dinamização e promoção das PME, artesanato, turismo e lazer.

O PDL LEADER+ da Sol do Ave visa ainda promover o acesso à informação da população rural, nomeadamente através das novas tecnologias, melhorar as suas qualificações, e promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, sobretudo no acesso ao emprego.

Até 28 de Novembro de 2007, a Sol do Ave aprovou no âmbito do Vector I (Desenvolvimento Rural) do programa LEADER+ 72 projectos na Medida 1 (Investimentos) e 32 na Medida 2 (Acções Imateriais). Considerando a Medida 4 (Despesas de funcionamento do GAL), o total global de investimento aprovado é de 4.949.000,99 euros. No Vector 2 (Cooperação), à mesma data, a associação conta com oito projectos de cooperação interterritorial e um de cooperação transnacional, num total de investimento aprovado de 351.096,20 euros. A maior incidência de projectos é “obviamente” a nível produtivo, garante a coordenadora do Grupo de Acção Local (GAL) Mafalda Cabral, “até porque existem instrumentos que permitem complementar a intervenção da associação a outros níveis, como da formação, por exemplo”. O turismo é o sector onde há uma “clara aposta”, quer ao nível do alojamento e restauração, “que ainda não existe como gostaríamos”, quer da animação turística, onde “temos mesmo de investir mais no futuro”.

Textos de Paula Matos dos Santos

### Equipa Técnica do GAL



**Mafalda Cabral**  
Coordenadora

Mafalda Cabral termina a licenciatura em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, mesmo a tempo de frequentar a segunda edição do curso de Jovens Agentes de Desenvolvimento, organizado pela CCDRC. Uma oportunidade que surgiu “na continuidade da minha opção na Faculdade pela Sociologia do Desenvolvimento”. O estágio, na recém-constituída (ILE) Sol do Ave, acabaria por determinar todo o percurso profissional de Mafalda Cabral, actual coordenadora do Departamento de Desenvolvimento Rural da Sol do Ave. Departamento, onde ocupam lugar de destaque os programas LEADER. “Este tipo de trabalho”, diz, referindo-se ao extenso currículo da associação, “é um desafio constante; é difícil termos tanta criatividade naquilo que fazemos, o que nos obriga a uma mudança constante... Desistir? Nunca, isso seria entregar o ouro ao bandido...”.



**Teresa Ramadas**  
Técnica de Projectos

Engenheira Agrónoma, no Instituto Nacional de Investigação Agronómica, em Moçambique Teresa Ramadas deixa o país para onde foi aos 16 anos de idade, em 1991. Após um mestrado em Citrinos na Universidade Politécnica de Valência (Espanha), chega a Guimarães em 1995. A ligação com a Sol do Ave dá-se pouco depois, através da prestação de serviços na área da formação agrícola prestados pela empresa na qual colaborava à associação. Em 1998 entra na Sol do Ave para a implementação do projecto VINADAPT/Ave – Vinhos do Ave. Depois, ao mesmo tempo que coordena a formação na área agrícola na associação, acompanha os programas LEADER II e LEADER+. “Cidadã do mundo”, revela que “estamos a fazer tudo para que a Sol do Ave continue”, conscientes da “crescente responsabilidade social”.



**Eva Novais**  
Técnica Financeira

Na génese da Sol do Ave, Eva Novais manteve nos primeiros anos uma relação a meio tempo com a associação. Em 2000 assume a responsabilidade financeira da Sol do Ave. “No início vinha cá uma manhã ou uma tarde mas o tempo nunca chegava; por isso, ia ficando, até que decidi ficar mesmo...”. Licenciada em Gestão de Empresas pela Universidade do Minho (curso que iniciou em Lisboa, no ISCTE), Eva Novais defende que “equilibrar as contas da Sol do Ave é um desafio diário”. Às vezes, “temos de recorrer às engenharias financeiras, mas as coisas têm corrido mais ou menos bem. É muito diferente do mundo empresarial, o que não quer dizer que não possa ter uma gestão empresarial”. Reside em Guimarães, onde nasceu, “uma cidade muito dinâmica a nível cultural, com muitos e bons espectáculos”.



**Elisabete Magalhães**  
Contabilista

Natural de Guimarães, após a conclusão do 12º ano (curso técnico-profissional de Secretariado), Elisabete Magalhães encontrou o seu primeiro emprego na cidade, numa empresa de informática. Passados seis anos, em 2000, entra na Sol do Ave na qualidade de assistente de Contabilidade. Um “trabalho bastante diferente”, que “chegou na hora certa”, e com o qual se identificou rapidamente... “Quando cheguei foi complicado, mas agora gosto muito do que faço... Cada projecto é uma contabilidade dentro da contabilidade”.



**Ana Maria Fernandes**  
Administrativa

Na Sol do Ave desde Maio de 2001, Ana Maria Fernandes assegura o funcionamento administrativo do departamento de Desenvolvimento Rural, bem como o atendimento aos promotores do programa LEADER, candidatos a acções de formação e outras situações. Com 25 anos, encara a conclusão do 12º ano como o próximo grande desafio. Natural de Guimarães, gostaria de continuar pela cidade, assim como na associação onde, garante, aprendeu muito e se sente muito bem.

Um fim-de-semana no Vale do Ave

# Percursos desde a Serra às Aldeias de Portugal

Viagem pela tradição minhota do Vale do Ave em caminhos trilhados na serra ao encontro das Aldeias de Portugal. Lugares de montanha, plenos de beleza natural e riqueza paisagística, povoados de história e cultura local.

A partir de Fafe, para desfrutar da beleza paisagística e contacto com a natureza, visite a Albufeira de Queimadela. São 11 hectares de água. Local ideal para a prática de desportos náuticos não poluentes e pesca. À margem, desfrute das instalações do Parque de Campismo da Barragem da Queimadela. Movido pelo sol, que impulsiona a procura de água, rume a uma das praias fluviais do concelho, como a Agrela ou Marinhão. Em alternativa, ainda privilegiando o contacto com a natureza, a paisagem convida a descobrir os percursos pedestres: Rota do Maroiço, As aldeias da margem do Rio Vizela, À descoberta de Aboim, Rota dos Espigueiros, Levada de Pardelhas, ou Trilho Verde da Marginal convidam a deambulações pela paisagem, em ritmo de passeio e descoberta. Dirija-se à Aldeia de Mós, situada em zona de montanha, envolvida pela paisagem imensa da Serra da Cabreira, que expõe socos e tonalidades que convidam à contemplação. Na aldeia, por entre arruamentos calcetados, encontra estruturas de vocação agrícola, como eiras, celeiros e espigueiros, além de currais e edifícios destinados ao gado. Siga depois para o concelho de Vieira do Minho. Na vila de Rossas destaca-se o Pelourinho de granito, coroado por capitel dórico, situado no centro da vila, e o Monte do Castelo, sítio arqueológico onde existem vestígios do denominado Castro do Ovo da Rainha. Na vila encontra o Núcleo Ecomuseológico de Rossas e o Museu da Moto Antiga, onde está exposta colecção que surpreende pela dimensão. Ainda nesta freguesia, parta depois à descoberta da Aldeia de Agra, na Serra da Cabreira, beneficiando da paisagem serrana, bem como do património cultural e histórico. É também um pólo de turismo rural na região, beneficiando da abundância de casas de lavoura, recuperadas para turismo e de trilhos como o “Percurso Pedestre Moinhos do Ave” ou o “Trilho da Costa dos Castanheiros”. Em Aldeia de Campos, lugar de ancestrais vivências comunitárias, reencontra a expressão “tipicamente rural”, onde a traça tradicional de edifícios agrícolas, religiosos e culturais, se combina com a requalificação dos espaços, proporcionando a afirmação da aldeia enquanto espaço de interesse turístico. A paisagem imponente da serra, os ter-



Campo de Ataca (Guimarães) / Sol do Ave

renos agrícolas envolventes, espigueiros e eiras, contribuem para o ambiente tranquilizante. Descubra os Fojos de Lobo da Serra da Cabreira. O conjunto assim designado é constituído por três construções independentes, conhecidas por Fojo do Ribeiro do Fojo, Fojo do Ribeiro das Figueiras Bravas e Fojo Novo, cada uma formada por dois paredões que convergem num poço, desenhando uma planta em “V”. Mais a Norte, ainda em Vieira do Minho, a Aldeia de Louredo apresenta paisagem singular, marcada pela Serra do Gerês e Albufeira da Caniçada. Caracteriza-se pela abundância de granito, aliada ao vermelho das caixilharias, a par das estruturas agrícolas tradicionais. No concelho de Guimarães não perca a oportunidade de conhecer a Citânia de Briteiros. Sítio arqueológico da Idade do Ferro, com características da cultura celta, situado no Monte São Romão, freguesia de Salvador de Briteiros. É uma povoação fortificada, defendida com três linhas de muralhas. Revela vestígios anteriores à presença romana como um balneário com câmaras para tomar banhos de vapor e banhos de água fria, bem como a planta circular das casas. Em complemento, visite o Museu da Cultura Castreja, que está instalado no Solar da Ponte, onde é possível encontrar artefactos em ouro, com decoração elaborada, trabalhos em pedra, objectos de uso pessoal, instrumentos e alfaia utilizados na vida quotidiana. É considerado o primeiro espaço dedicado à cultura castreja. Estes, são dois dos pontos visitáveis no percurso pedestre da Rota de Citânia. Um projecto que liga as freguesias de Donim e S. Salvador de Briteiros, percorrendo zonas de grande beleza natural como os Moinhos do Rio Várzea (Febras) e de Requeixo, em Donim, e a Igreja de S. Salvador de Briteiros. Ainda nos arredores do “Berço da Nacionalidade”, encontra o Santuário de São Torcato, obra-prima neomanuelina, construída em cantaria de pedra de granito, com elementos de inspiração gótica, românica e clássica, e iniciada na segunda metade do século XIX, constituída por Igreja do Mosteiro de São Torcato e capela. Aqui se inicia o percurso pedestre de “S. Torcato e seus moinhos”, que integra o Museu Etnográfico de S. Torcato, Campo da Ataca, Moinhos de Água, Moinho de Sub-Devesa e Capela da Fonte do Santo. Aqui termina a nossa viagem ao encontro da história e da paisagem serrana do Vale do Ave.

João Limão



Barragem da Caniçada (Vieira do Minho) / Sol do Ave

## para dormir

- Parque de Campismo da Barragem de Queimadela  
Queimadela - Fafe  
Tel: 253 504 084  
parque@campingfafe.com  
www.campingfafe.com
- Quinta da Arruela (Turismo Rural)  
Santo Tirso de Prazins - Guimarães  
Tlm: 914 875 717  
www.arruela.web.pt
- Casa do Truta (Casa de Campo)  
Aldeia de Campos - Vieira do Minho  
Tel: 253 658 078
- Aldeia Turística de Louredo – Turismo de Aldeia  
Lugar do Cubo, Louredo - Vieira do Minho  
Tel: 253 649 161  
info@aldeiaturisticadelouredo.com.pt  
www.aldeiaturisticadelouredo.com.pt

## para comer

- Tónio Quim  
Revelhe - Fafe  
Tel: 253 503 775
- Restaurante Fentelhas  
São Torcato - Guimarães  
Tel: 253 551 292
- Quinta no Parque  
São Torcato - Guimarães  
Tel: 253 553 491
- Casa Pancada  
Salgueiros – Mosteiro – Vieira do Minho  
Tel: 253 647 252
- Restaurante Agra  
Aldeia de Agra - Vieira do Minho  
Tel: 253 656 331

## para visitar

- Fafe: Albufeira de Queimadela, Percursos Pedestres (Rota do Maroiço, As aldeias da margem do Rio Vizela, À descoberta de Aboim, Rota dos Espigueiros, Levada de Pardelhas, Trilho Verde da Marginal), Praias Fluviais (Praia Fluvial de Agrela, Praia Fluvial de Marinhão, Praia Fluvial de Queimadela)
- Guimarães: Citânia de Briteiros, Museu da Cultura Castreja, Campo da Ataca
- Igreja do mosteiro de São Torcato, Santuário de São Torcato, Percurso pedestre São Torcato e seus moinhos
- Percurso pedestre Rota da Citânia
- Vieira do Minho: Serra da Cabreira, Castro de Vieira do Minho, Museu da Mota Antiga, Trilhos Pedestres (Percurso do Turio, Percurso da Costa dos Castanheiros)
- Fojos de Lobo da Serra da Cabreira
- Núcleo Ecomuseológico de Rossas

## para levar

- Fafe: Cestaria em palha, Tecelagem em lã e linho, Mantas, Meias de lã, Chapéus em palha
- Guimarães: Bordados de Guimarães, Doçaria Conventual (Toucinho de Céu e Tortas), Cantarinha dos Namorados (Olaria), Cestos em vime, Cutelarias, Pentes em osso
- Vieira do Minho: Cestos em Verga, Linhos, Bordados e Lã (Centro de artesanato de Louredo - Aldeia de Louredo, e Empresa de Inserção Arte Agra - Aldeia de Agra), Cobres, Queijo dos Anjos, Mel das Terras Altas do Minho



## Centro Comunitário do Canedo

# Complementaridade ao serviço do desenvolvimento local

O Centro Comunitário do Canedo (CCC) é uma realização que surgiu fruto de um trabalho continuado e com elevada articulação entre programas, financiamentos e parceiros. Para melhor ilustrar o processo é pois conveniente proceder a uma contextualização histórica que melhor enquadre o trabalho realizado.

Após a realização de uma caracterização social, efectuada nos finais de 1993 e princípios de 1994, que tinha como objectivo quantificar a dimensão de alguns problemas em nítido crescimento na freguesia da Pampilhosa, concelho de Mealhada, surgiu a intenção de intervir de forma consistente por forma a colmatar as situações então diagnosticadas.

Num tempo em que se entendeu como importante associar o dinamismo económico com o desenvolvimento social, foi necessário procurar um equilíbrio entre o capital físico e humano. Neste sentido, foi assumido como importante proporcionar melhores condições de vida e promover o bem-estar social da população.

Como tal, a AD ELO – Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego viu nos objectivos do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza um meio eficaz para promover o desenvolvimento social desta freguesia. Tendo por base este enquadramento foi realizada uma candidatura que permitiu obter apoios para implementação de um vasto leque de acções de cariz social. De forma a alcançar uma maior representação da comunidade e aproximar as acções dos beneficiários finais, constituiu-se um conselho de parceiros onde tiveram assento as mais diversas entidades.

Tendo por base este contexto, nasceu o projecto “ELO – Solidariedade Comunitária”. Com uma população-alvo que ascendeu a 3.516 habitantes, preferencialmente mulheres, crianças, desempregados e população idosa, o projecto ELO interveio na melhoria da qualidade de vida e no reforço dos laços de solidariedade da comunidade. Em paralelo, foi possível beneficiar da cedência de terrenos por parte da Câmara Municipal de Mealhada e dos apoios do subprograma INTEGRAR de forma a construir o CCC. Esta estrutura foi prevista ainda com o intuito de possibilitar a realização de respostas sociais tipificadas e inovadoras de forma a ligar a componente social à componente económica.

A dinâmica do projecto levou a que se realizassem candidaturas complementares no âmbito da formação profissional e da intervenção social. O apoio social preconizado levou, também, à absorção de desempregados e beneficiários que integram a equipa que implementa as actividades.

A melhoria da qualidade de vida passa também pela sensibilização da população para questões relacionadas com higiene, nutrição, cuidados de saúde primários, rastreio de doenças, regras de habitabilidade, entre outras. É precisamente neste âmbito que se tem realizado acções de atendimento/informação/sensibilização com o intuito de consciencializar a população para estes problemas.

A animação sócio-educativa, entendida numa perspectiva de integração social dos indivíduos e das famílias, tem apelado à participação de todos, no sentido da prevenção e reforço do sentimento de pertença e identidade da comunidade. Tendo por base estas premissas o CCC assume-se também como um parceiro activo na dinamização cultural e artística.

## Resposta social polivalente

O CCC, como agente dinamizador, pretendendo ser uma resposta social polivalente, desenvolve acções pluridisciplinares, privilegiando o trabalho sistémico e em rede, tentando implicar parceiros e serviços de intervenção social, rentabilizando os recursos da comunidade local, embora estes sejam deficitários face às necessidades reais das famílias.

Neste contexto, o CCC é perspectivado não como um ponto de chegada, mas antes como uma infra-estrutura que serve de ponto de partida para a realização de actividades que permitam apoiar a população e que visa, acima de tudo, fomentar a igualdade de oportunidades.

O CCC, como equipamento de resposta social, realiza actividades que possibilitam o desenvolvimento social e o reforço da participação cívica

da população, estruturando-se actualmente nas seguintes componentes: Centro Actividades de Tempos Livres (CATL) / Extensões de Horários e Interrupções Lectivas; CATL com Funcionamento Clássico (utentes a partir do segundo Ciclo); Atendimento/Acompanhamento Social; Outras Actividades.

Tomando por base as componentes anteriormente enunciadas, podemos referir que actualmente o funcionamento básico do CCC corresponde às componentes 1,2,3, tendo por base o enquadramento proporcionado por acordos de cooperação celebrados com a Segurança Social.

A componente 4 é aquela que inclui respostas mais variadas e com um calendário menos fixado que deriva de respostas mais circunscritas no tempo dependendo do financiamento de suporte.

De seguida, a título ilustrativo, são apresentadas algumas iniciativas/projectos que ajudam a complementar a actividade do CCC:

- Dinamização do “CIBER @DELO” (núcleo informático). Este espaço financiado através do Programa Operacional Sociedade da Informação (POSI) encontra-se aberto à comunidade e possibilita o acesso acompanhado às Tecnologias de Informação e Comunicação;
- A realização de acções de formação tem tido como preocupação a melhoria das qualificações profissionais e académicas da população mais carenciada em domínios que correspondem a necessidades do mercado de trabalho. As fontes de financiamento partiram de enquadramentos vários com destaque para o POEFDS (Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social);
- Com vista a possibilitar a inserção no mercado de trabalho tem sido dado também uma grande ênfase à realização de estágios profissionais / programas ocupacionais;
- No âmbito das parcerias tem-se verificado a participação em projectos liderados por outras entidades, abrangendo áreas tão diversas como a prevenção da Toxicodependência e que concorrem para o alcance dos objectivos do CCC;
- Em paralelo, o CCC participa em estruturas como a Rede Social e o RSI;
- O prolongamento do horário pré-escolar também tem sido privilegiado, através da realização de protocolos com a Câmara Municipal de Mealhada;
- Por último, destaca-se ainda a realização do projecto Caminhos Cruzados, que entre as diversas respostas disponíveis, proporcionou Apoio e acompanhamento psicossocial móvel. O financiamento deste projecto partiu de essencialmente do POEFDS.

A realização de um trabalho desta natureza obriga à procura de apoios diversificados, uma vez que não existe uma fonte de financiamento que de forma única possibilite a realização de acções com características muito diversas em termos de objectivos, público-alvo e abrangência territorial.

**António Santos**

AD ELO - Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego



Centro Comunitário do Canedo / Ad ELO

## ADRACES

# Ao serviço da complementaridade para uma coesão territorial

A ADRACES - Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul opera na BIS - Beira Interior Sul desde 1992, na prossecução e concretização de soluções inovadoras e integradas na relação entre crescimento económico e protecção da natureza, factor que constituirá o progresso potenciador da obtenção da coesão social e económica do território.

A sua estratégia de actuação tem seguido a metodologia LEADER, apostando na introdução do conceito de ligações entre acções numa abordagem territorial integrada e multisectorial, assente em parcerias locais e na cooperação e organização em rede, permitindo a descentralização das decisões de financiamento e consequente desenvolvimento integrado. Esta abordagem com carácter inovador e demonstrativo das acções contribui para aumentar a competitividade económica dos territórios, porque permite valorizar os recursos locais, explorando ao máximo as sinergias existentes ou que possam vir a existir entre as diferentes actividades locais. Estimula ainda os agentes socioeconómicos a actuarem de forma concertada, a produzirem bens e serviços não deslocalizáveis e a reterem o máximo de valor acrescentado no território.

A estratégia de desenvolvimento integrado proposta pela ADRACES para a Beira Interior Sul tratou de fazer a sinopse entre a concentração e a concertação de esforços e a diversificação das actividades do território, no sentido de se contribuir com mais-valias precisas e indicativas e com a criação de formas de melhoramento das condições de vida das populações locais, dando continuidade ao processo de inversão do êxodo rural registado. Na área social e da criação de emprego, a ADRACES tem como missão criar condições e incentivar o empreendedorismo, o espírito empresarial e o associativismo, bem como adoptar abordagens inovadoras e integradas de promoção sociocultural ao nível de toda a região da Beira Interior Sul.

Na sua leitura atenta do território, a ADRACES, tendo o LEADER como espinha dorsal e alicerce de suporte estratégico, detectou as mais diversas necessidades e solicitações sociais, económicas, culturais, ambientais que procurou colmatar com a implementação de projectos apoiados por diferentes programas de acção territorial, numa relação biunívoca e de natureza simbiótica, com proveito e partilha mútuos de complementaridades entre LEADER e os diferentes programas de apoio.

### Boas práticas

Pela sua importância e sucesso na supressão de carências específicas em zonas rurais e na impressão de dinâmicas territoriais conducentes a um desenvolvimento sustentável e integrado, importa destacar três exemplos de boas práticas de complementaridade recorrendo a diversos programas

de apoio, acarinhados pela ADRACES de acordo com as necessidades e/ou oportunidades de desenvolvimento encontradas no terreno.

O primeiro a salientar é o projecto “Empreender (p/ Desenvolver)”, implementado no âmbito da Iniciativa Comunitária (IC) EQUAL, para o combate ao desemprego, sobretudo mediante a qualificação de mulheres e jovens, e promoção de iniciativas facilitadoras de empreendedorismo, através de acções de animação territorial capazes de fazer emergir ideias e projectos e criar dinâmicas locais de empreendedorismo. Todo este trabalho serviu para privilegiar o contacto directo e o entrosamento dos agentes de Desenvolvimento Local com o território e as pessoas, bem como para dispor de uma base de trabalho, de conhecimentos e contactos, privilegiada.

Na continuidade de dar resposta à problemática gravosa do desemprego feminino na BIS, a ADRACES candidatou-se ao POEFDS (Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social), para implementar o projecto de Desenvolvimento Local Integrado “TRILHOS”. Este foi elaborado tendo em atenção os aspectos sociológicos de base no que se refere à necessidade de alteração comportamental, de modo a que as comunidades-alvo se convertam em actores do seu próprio desenvolvimento e constituam uma das forças motrizes do seu próprio percurso e, consecutivamente, das suas comunidades, região e país.

O projecto foi especialmente dedicado às mulheres e jovens das zonas mais rurais da Beira Interior Sul que procuravam primeiro ou novo emprego (grupos com particulares dificuldades no acesso ao mercado de trabalho), por um lado, e na participação social e comunitária, por outro, contribuindo activamente para a introdução de mudanças sustentadas num território rural cada vez mais deprimido e deficitário do ponto de vista da dinâmica social, económica, cultural e do emprego.

Por fim, dentro da óptica da estratégia LEADER de sensibilização e preparação dos micro e pequenos empresários e seus projectos, fundamentalmente na área das produções locais, para a certificação dos produtos e empresas, no sentido de promover a manutenção da qualidade e competitividade dos sectores, a ADRACES aposta no projecto específico e inovador *Ex-libris* – Reconverter/Adaptar/Certificar o Bordado de Castelo Branco, apoiado pela IC EQUAL. Um projecto que se pretende cientificamente fundamentado, assente em investigações de grande grau de profundidade e complexidade para apurar as origens do Bordado de Castelo Branco e, desta forma, proceder à requalificação e valorização desta arte secular. A grande peleja do projecto tem sido aliar o genuíno e clássico bordado inspirado nas colchas antigas a uma vertente de inovação, através de novos desenhos e novas aplicações do bordado, sem desvirtuar, no entanto, o seu carácter puro e original. A certificação do bordado, a formação das artesãs, o aproveitamento das novas tecnologias, sobretudo ao nível do desenho, para aliciar os jovens para este artesanato e para facilitar o trabalho das bordadoras têm sido os grandes objectivos do projecto. A valorização do património cultural contribui para o despertar da cidadania e representa um conjunto de referências que simbolizam a diferença e a diversidade, diante de um mundo em que os parâmetros globais são referência de vida. Sendo o Bordado de Castelo Branco o maior *ex-libris* cultural e patrimonial da região de Castelo Branco, considerou a PD dever unificar esforços territoriais e tomar medidas proteccionistas de preservação e valorização da actividade, constituindo-a como actividade cultural e económica de referência territorial e nacional.

As intervenções efectuadas nos diversos sectores têm vindo a introduzir uma lógica de desenvolvimento integrado, multifuncional e multisectorial de carácter profundamente territorializado, através do desenvolvimento de parcerias territoriais activas e colaborativas, e da conciliação no território dos diversos instrumentos de apoio, em convergência e articulação com o plano estratégico de desenvolvimento integrado e integral previsto para a região.

António Realinho

ADRACES - Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul



Workshop sobre empreendedorismo - Empreender (p/ desenvolver) / ADRACES



## Rota do Guadiana

# Complementaridades no desenvolvimento rural



Centro @prender+ / Rota do Guadiana

Porque o desenvolvimento rural assenta numa miríade de projectos, actores, etc., ele assenta também na articulação e procura de complementaridades entre instrumentos de política.

Não raras vezes, a abordagem sistémica que fazemos ao território confronta-nos com a incapacidade de certos programas de incentivos em apoiar projectos cuja concretização, suprimindo necessidades identificadas, consolidaria outros entretanto realizados. Há então que estudar outras possibilidades de apoio, analisando a abrangência temática de cada programa, as suas exigências regulamentares, os seus tempos de execução, os seus aspectos financeiros, etc.

Existem, no entanto, outras condições de base para que se propicie o surgimento de complementaridades entre instrumentos de financiamento. Num esforço mínimo de tipificação dessas condicionantes, a Rota do Guadiana tem considerado na sua filosofia de intervenção as seguintes:

1. A visão estratégica para um determinado território, partindo das suas dinâmicas sectoriais, da diversidade de realidades, da sua inserção regional e nacional, dos seus actores, das suas debilidades e potencialidades e, daquilo que se pretende para o futuro dos que nele habitam. Tal visão deverá consubstanciar um documento de planeamento técnico e partilhadamente sustentado, possuidor de uma estratégia clara cuja monitorização permita perceber qual a prossecução de objectivos em cada fase de implementação.
2. Participação, quer ao nível da consensualização da estratégia para o território, quer em momentos de implementação dos diferentes programas. Se, no primeiro caso, o da obtenção de consensos, é útil uma participação tão lata quanto possível, assegurando a contribuição específica de cada actor, no segundo caso, não é menor a importância da criação de uma rede de protagonismos capazes de levar por diante a concretização de projectos e de assegurar a geração de complementaridades entre os mesmos.
3. Abrangência e flexibilidade na exacta medida em que, quanto mais expressivas forem, melhores exemplos de articulação poderão existir. A horizontalidade temática e sectorial e a flexibilidade para apoio a projectos diferenciados constituem factor de sucesso na programação de complementaridades. Nesta óptica, a Iniciativa Comunitária (IC) LEADER constitui talvez o melhor exemplo de um programa abrangente e cuja flexibilidade propiciou a materialização de diferentes tipos de iniciativas e, em consequência, a montagem de projectos complementares.
4. A informação e o conhecimento jogam naturalmente um papel fundamental no desempenho de uma associação de desenvolvimento local (ADL), pois constitui a base de uma intervenção esclarecida e da criação de competências para a construção de novas iniciativas, contribuintes do ambiente envolvente das primeiras.
5. Os períodos de início, execução e conclusão, são igualmente um elemento crucial, uma vez que, o período de maturação de um projecto e o seu dinamismo intrínseco justificará, ou não, apoios suplementares e continuidades diversas. A contratualização de médio prazo de programas de desenvolvimento rural com a sociedade civil é condição “sine qua non”, pois permite a manutenção de um

“olhar continuado” sobre o território e sobre os seus processos de desenvolvimento.

6. Por último, mas não menos importante, é a criação de um centro de competências para o efeito, o que implica que a ADL procure munir-se de recursos humanos pluridisciplinares e junto deles colocar a visão do território, procurando incrementar relações internas pautadas por uma forte imaginação e empenho cívico.

Como alguns exemplos de complementaridades levadas a efeito pela Rota do Guadiana e pelas entidades parceiras salientam-se:

### Centro Rural de Vila Nova de S. Bento

Ao tempo do já extinto PPDR (Programa de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional) foi possível, no âmbito do centro rural de Vila Nova de S. Bento, intervir numa zona de população dispersa, fortemente isolada, situada no concelho de Serpa e conhecida por “Serra de Serpa”. Se no âmbito do Centro Rural foram concretizados projectos de construção de caminhos, benefícios em habitações e explorações agrícolas, foi também possível através da IC LEADER II melhorar outros aspectos de qualidade de vida como a electrificação das escolas com recurso a painéis fotovoltaicos. As intervenções de infra-estruturação e equipamentos foram promovidas pela Câmara Municipal de Serpa, as realizadas no seio das explorações agrícolas familiares, pelos agricultores, o planeamento e apoio financeiro às diferentes iniciativas, pela Rota do Guadiana, através dos programas referidos.

### Formação de profissionais de turismo

Criação e consolidação de estabelecimentos turísticos financiados no âmbito do LEADER II e LEADER+ e integração socioprofissional através de diversos programas de formação profissional. Esta é uma experiência já replicada, de montagem de acções de formação profissional, nalguns casos com elevação dos níveis de escolaridade (cursos EFA – Educação e Formação de Adultos), levada a efeito pela Rota do Guadiana em estreita parceria com as unidades de alojamento e restauração apoiadas pela IC LEADER (responsáveis pela integração em períodos de estágio). Das diversas acções realizadas destacam-se as áreas de Técnico de Andar, Acolhimento em Meio Rural, Empregado de Mesa e Balcão, Cozinha, etc. Para tanto, foram utilizados os programas Pessoa, PIPPLEA, POEFDS, PEDIZA e IC ADAPT.

### Centro @prender+

Criação de um Centro Novas Oportunidades através da recuperação de um imóvel de interesse (antigo tribunal de Serpa) com o apoio do Programa LEADER. O funcionamento do centro é assegurado através dos programas PRODEP e POPH. A responsabilidade da iniciativa e do seu funcionamento foi da Rota do Guadiana, tendo a Câmara Municipal de Serpa cedido o edifício.

### Assistência domiciliária em Barrancos

Com recurso ao Projecto Barrancos Horizonte Amigo (Programa de Luta Contra a Pobreza) e a programas de formação, foi possível montar o serviço de assistência domiciliária no município de Barrancos. A Rota do Guadiana foi a entidade executora do projecto de luta contra a pobreza. A Câmara Municipal de Barrancos foi a entidade promotora e cedeu um espaço para a instalação de lavandarias, cozinhas, etc. Em paralelo, foram montadas acções de formação profissional nas áreas de geriatria, e cozinha financiadas pelo programa.

David Machado

Rota do Guadiana - Associação de Desenvolvimento Integrado

# Continuar a crescer com o LEADER Cova da Beira

O programa de Iniciativa Comunitária LEADER+ surge na Cova da Beira, numa lógica de complementaridade às anteriores Iniciativas Comunitárias LEADER e LEADER II. O LEADER+ constitui-se como a terceira fase da operacionalização das estratégias de desenvolvimento rural preconizadas pela RUDE - Associação de Desenvolvimento Rural.

Já na fase final do LEADER+, talvez seja oportuno fazer o ponto de situação do que tem sido a abordagem LEADER nas zonas rurais do território da Cova da Beira, no âmbito dos Quadros Comunitários de Apoio.

Cremos que os resultados obtidos ao longo destes 16 anos contribuíram de forma significativa para gerar uma dinâmica local que reflecte bem a resposta aos desafios, então lançados pela Comissão das Comunidades Europeias aos Estados-membros, quando, em Março de 1991, aprovou uma iniciativa com valor demonstrativo para o desenvolvimento rural designada "LEADER". Dos recursos potenciados aos resultados obtidos/as complementaridades.

Nos 16 anos que a RUDE gere a Iniciativa LEADER na Cova da Beira não se tem limitado apenas a implementar os Planos de Desenvolvimento Local (PDL) no âmbito deste programa comunitário, mas antes, assume a complementaridade como um meio para reduzir as carências regionais e os anseios das populações. Os efeitos dos diversos fundos financeiros, designadamente, FEDER, FEOGA, AGRIS, e as parcerias desenvolvidas, foram factores importantes para o desenvolvimento socioeconómico do território, capaz de marcar a diferença, conjuntamente com as acções desenvolvidas no âmbito do programa LEADER.

O Centro Rural da Cova da Beira I e II, além de possuir características que assumiram posições relevantes no aproveitamento dos recursos endógenos, capacidade de atrair e fixar população, encontrar formas alternativas de gerar riqueza, reforçar as potencialidades locais, os objectivos identificaram-se perfeitamente com os objectivos preconizados na estratégia definida pela RUDE para a implementação dos PDL na Cova da Beira no âmbito do Programa LEADER.

No âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio, a RUDE, soube aproveitar de forma muito positiva esta oportunidade, incentivando a execução de um conjunto de intervenções que valorizaram o património, a paisagem e os núcleos populacionais em meio rural.

Neste contexto, foi ainda articulado um conjunto de acções no sentido de dar mais visibilidade às potencialidades locais, designadamente, na utilização dos recursos hídricos, para fins turísticos na óptica do desporto/lazer, promoção dos produtos locais, e em acções consubstanciadas em actividades dentro e fora da região.

## Contrariar fragilidades identificadas

As diversas acções implementadas no âmbito dos Centros Rurais, complementaram os objectivos consubstanciados numa estratégia integrada para a região, no âmbito do programa LEADER, contribuindo para combater alguns dos estrangulamentos identificados e potenciar recursos anteriormente identificados.

Após um contínuo processo de disseminação e partilha de informação, e do envolvimento dos agentes socioeconómicos locais no desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas, o LEADER tem tido um valioso contributo em toda esta acção que, conjuntamente com outras iniciativas locais, tem contrariado as fragilidades regionais existentes, ao mesmo tempo que, através de medidas adequadas, tem contrariado de algum modo o fenómeno da desertificação, evitando o êxodo das aldeias e vilas mais pequenas para os centros urbanos mais próximos.

O impacto do programa na Cova da Beira, tem-se traduzido claramente, em áreas como a informação/comunicação, inovação nas iniciativas, mais valorização, mais oportunidades, mais parcerias, mais desenvolvimento. Também o impulso económico na valorização e qualificação do território é uma realidade, com realce para as especificidades das comunidades rurais, nomeadamente, nas áreas da produção local, património e ambiente rural, turismo, melhoria da qualidade de vida, criação de parcerias entre os vários agentes económicos locais, regionais, e o apoio a pequenas empresas.

Com as intervenções até agora concretizadas, foram atingidos alguns dos objectivos primordiais para a região, nomeadamente, melhoria da qualidade de vida, promoção do território/região, mais fixação de população ao meio rural, sobretudo da camada mais jovem, cuja criação de oportunidades e serviços, foram factores importantes para este fim.

Ao longo dos 16 anos de gestão do programa LEADER, a RUDE tem absorvido ensinamentos do passado, perspectiva o futuro, e continua a estabelecer metas e prioridades no sentido de promover iniciativas que marquem a diferença e contribuam para dar resposta às necessidades e potencialidades das populações, cujas parcerias com os agentes socioeconómicos que vivem neste território, darão continuidade à renovação social do território.

Por tudo isto, reputamos de muito positiva a intervenção do programa LEADER na Cova da Beira, quer pelos resultados obtidos, quer pela dinâmica que tem gerado, e que potenciará a continuidade de uma estratégia de desenvolvimento num futuro muito próximo.

Continuaremos a apostar na relação de confiança entre a RUDE - Associação de Desenvolvimento Rural e os promotores, no programa LEADER para a região, que à semelhança de todo o interior do país, ainda continua a registar carências e depressões, sobretudo, nas comunidades rurais.

**Celeste Valente**

RUDE - Associação de Desenvolvimento Rural



Seminário Internacional "Políticas de Montanha" / RUDE



Centro de Dia (Capinha, Fundão) / RUDE



# Parcerias em múltiplas intervenções

**Parque de Merendas da Senhora dos Verdes e Valorização do Património Arqueológico de Fornos de Algodres são dois exemplos de complementaridade de intervenções, ao nível das parcerias, espaços e programas.**

Localizado junto à capela da Senhora dos Verdes, edificada há longas décadas e que constitui um local de romaria anual, quando se celebram as festividades da padroeira da capela, actualmente o Parque de Merendas da Senhora dos Verdes extravasa as fronteiras da fé e já não é apenas um local de culto religioso onde se cumprem promessas. Considerado um projecto exemplar, o Parque de Merendas da Senhora dos Verdes, cujo promotor é a Associação de Beneficência Popular de Gouveia (ABPG), constitui um local de grande interesse simbólico e histórico, intrinsecamente ligado às tradições das gentes da Serra da Estrela. Através deste projecto revitalizou-se e valorizou-se esteticamente todo o espaço, separando as várias actividades, nomeadamente as de carácter religioso das recreativas. O elevado número de valências e a diversidade das mesmas, tem permitido um aumento significativo de visitantes da região e do país. A polivalência do espaço oferece uma panóplia de escolhas ao nível do lazer e do entretenimento - infra-estruturas desportivas, espaços para desportos radicais, piscina, parque de campismo, circuito de manutenção, restaurante, parque de merendas. Um espaço multifuncional, que inclui uma sala para formação apta a receber inúmeras iniciativas.

A realização de actividades e a existência de diversas parcerias em diferentes áreas: uma empresa de animação (VivAventura) explora a vertente desportiva e radical do espaço, enquanto que o restaurante é gerido por particulares experientes no sector da restauração, permitem a dinamização do espaço tornando o Parque de Merendas da Senhora dos Verdes numa referência a nível regional e nacional.

## Espaços e intervenções complementares

Os diversos eventos de âmbito nacional como, por exemplo, o campeonato de paintball, a taça nacional de minigolfe, os diversos campos de férias e, recentemente, o Festival Nacional de Estudantes do Ensino Secundário, têm projectado o Parque de Merendas da Senhora dos Verdes. A criação de parcerias, a cooperação com outras entidades públicas e privadas, a complementaridade dos espaços têm promovido e realçado as potencialidades naturais e ambientais do projecto. Outro projecto que merece referência, quer pela sua amplitude quer pela

complementaridade de intervenções, é a Valorização do Património Arqueológico de Fornos de Algodres, um concelho que integra o território de intervenção da ADRUSE - Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela. Este município caracteriza-se pela grande riqueza de locais arqueológicos que constituem a história da região. Ao longo dos anos foram várias as intervenções realizadas, desde os estudos científicos à conservação e identificação dos locais.

O ponto de partida foi dado, ainda no Programa de Iniciativa Comunitária (PIC) LEADER II, através da sinalização dos locais e da criação do CIHAF (Centro de Interpretação Histórica e Arqueológica de Fornos de Algodres). Um espaço que permitiu a recolha, preservação e divulgação do património arqueológico das Terras de Algodres que, ao longo dos anos, tem sido alvo de múltiplas intervenções. Foram realizadas inúmeras escavações e trabalhos de investigação apoiados pelo Instituto Português de Arqueologia (IPA) e pela Fundação Calouste Gulbenkian. Como resultado destas iniciativas, e já no âmbito do PIC LEADER+ Serra da Estrela, o município editou um conjunto de publicações que retrata os resultados das actividades de investigação, promovendo e divulgando a história arqueológica de Fornos de Algodres. Ainda apoiado pelo PIC LEADER+, foi feita uma intervenção ao nível das acessibilidades aos locais proporcionando a realização de visitas.

**ADRUSE**  
Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela





# Criar o próprio emprego, um desafio, uma oportunidade

No passado dia 24 de Junho decorreu no Hotel D. Fernando, em Évora, o seminário “Criar o próprio emprego - Um desafio, uma oportunidade”. Iniciativa resultante de uma parceria entre o Monte - Desenvolvimento Alentejo Central, ACE e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Évora,



Monte/ACE

que contou com o apoio e a presença de representantes do Instituto de Emprego e Formação Profissional e da Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo (ADRAL).

Esta acção dirigiu-se às empresas e empreendedores da região, consultores, e técnicos dos Gabinetes de Apoio ao Empresário das câmaras municipais. Durante a sessão foram apresentados vários regimes de apoio à criação de microempresas e emprego na região, nos quais sobressai o acesso ao Microcrédito.

Ainda neste seminário, de assinalar a celebração de Protocolo SIM – Microcrédito, pelo presidente do Conselho de Administração do Monte, Mário de Deus, e os representantes da direcção da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Évora, Joaquim Ramalho e José Luís Tira Picos. Com este protocolo, cria-se uma linha de crédito, no valor total de 300.000 euros, para financiamento de *start-up's* e formalização de pequenos negócios.

A organização desta iniciativa faz um balanço muito positivo da acção. Durante a sessão foi notório o interesse manifestado por outras direcções de Caixas de Crédito Agrícola Mútuo do Alentejo Central para a adesão à REDE SIM, sendo a próxima a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Borba.

José Neves  
Monte, ACE

## Animação na Lousã

No fim-de-semana de 12 e 13 de Julho, o concelho da Lousã foi palco de quatro actividades de animação cultural: 3.ª edição de “Elementos à Solta”, da XISTART - 1.ª Mostra de Produtos Endógenos da Serra da Lousã, do 12.º Encontro dos Povos da Serra da Lousã e do XII Encontro de Concertinistas e Cantadores ao Desafio do Inatel, iniciativas que transformaram o concelho num ponto de confluência de cultura no Centro de Portugal.

Organizado pela artesã Kerstin Thomas, com o apoio da Câmara Municipal da Lousã, “Elementos à Solta”, arte a 700 metros de altitude, é um Encontro de Artes na Aldeia de Xisto da Cerdeira, e uma oportunidade para ver as exposições, observar e contactar com artesãos e artistas que, a partir de técnicas e materiais tradicionais, trabalham a pedra (Evaldo Borges, Moisés Preto Paulo), madeira (António Fernandes e Branca Campos, Idílio Dias, Kerstin Thomas), metal (Afonso Cancela, João Coelho), barro (Ana Lousada e Carlos Neto, Georgina Queiróz, Miguel Neto, Vasco Baltazar, Virgílio Peixe), têxtil (Helena Loermans), e papel (Eugénia Cavaca).



C.M.Lousã



C.M.Lousã





**LEADER Uma Década 1996-2006 ADRAMA**  
Textos: ADRAMA; Fotografia: David Francisco; ADRAMA 2007

“Falar do LEADER nos concelhos de Santana, São Vicente, Porto Moniz, Calheta, Ponta do Sol e Ribeira Brava é referir, indiscutivelmente, a ADRAMA, o seu trabalho e a sua acção efectiva na promoção e dignificação do mundo rural.” Ainda de acordo com as palavras do presidente da ADRAMA, Henrique José Castro Silva, na introdução deste livro, “o LEADER nestes concelhos e a Associação para o Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira andam de mãos dadas e as suas histórias confundem-se e fundem-se na acção e no tempo”. No âmbito da comemoração do décimo aniversário da intervenção, e “dedicação ao desenvolvimento rural”, da ADRAMA neste território, surge esta obra, que pretende preservar para a posteridade, através dos suportes escrito e fotográfico, um pouco do que a associação e parceiros desenvolveram nesta década. Ao longo de cerca de 100 páginas, proporciona uma apresentação sucinta de 53 projectos desenvolvidos nos seis concelhos da zona de intervenção, bem como de nove projectos de âmbito transversal ao território.



**15 Anos de Programa LEADER no Alentejo: Avaliação de Impactos**  
Entidade responsável: Ideia Alentejo - Associação para a Inovação e Desenvolvimento Integrado do Alentejo; Ideia Alentejo; Janeiro 2008

“O projecto - Avaliação de Impactos do Programa LEADER no Alentejo - nasceu do interesse manifestado pelos 8 GAL [Grupos de Acção Local] (Ader-al; ADL; Alentejo XXI; Esdime; LEADERsor; Monte; Terras Dentro e Rota do Guadiana) em conhecer, de forma mais aprofundada, os resultados das suas intervenções no território ao longo de 15 anos.” Esta avaliação do impacto do programa no território tem o valor acrescentado de o fazer em toda a sua extensão temporal, e em toda a região do Alentejo. O “documento desenvolve-se em torno de três grandes ‘objectivos centrais: i) Avaliar os Impactos / contributos do Programa LEADER ao nível das ZI (Zona de Intervenção), comunidades locais, organizações, agentes e actores locais; ii) Identificar práticas de sucesso e experiências bem sucedidas para disseminar / apropriar em outros contextos de intervenção e iii) Reconhecer casos de insucesso, numa perspectiva de aprendizagem com as experiências negativas procurando, em futuras actuações, não repetir os erros do passado.” O estudo também está organizado em três partes: Enquadramento do Estudo; Impactos do Programa LEADER; e Principais Conclusões, Sugestões e Comentários.



**Periferias e Espaços Rurais – Comunicações apresentadas ao II Congresso de Estudos Rurais**  
Coordenadores: Tomaz Dentinho e Orlando Rodrigues; Princípia Editora; Outubro 2007

“Um Congresso de Estudos Rurais constitui uma oportunidade maior para reequacionar a relevância do rural enquanto objecto de estudo e elemento unificador de análises convergindo de diversos campos disciplinares.” No caso deste congresso, a orientação do debate foi no sentido de abordar a questão da marginalidade territorial, numa diferenciação de territórios que se estendem do central para o periférico. Por isso, o tema federador constitui uma “reflexão sobre os problemas específicos das regiões periféricas e os mecanismos institucionais, económicos e sociais que, em interacção com as particularidades geográficas e naturais, são responsáveis pela produção e a reprodução de desigualdades espaciais.” Com bases nestas premissas, a publicação junta 22 artigos, divididos e organizados em três temas principais: Periferias e reestruturação agrícola; Amenidades ambientais e desenvolvimento rural; Os actores e as redes do desenvolvimento rural.



**TERN: Turismo em espaços rurais e naturais**  
Organização: Orlando Simões e Artur Cristovão, com colaboração de João Castro Caldas; Edições IPC – Inovar Para Crescer; Edição: Instituto Politécnico de Coimbra; Dezembro 2007

Obra resultante do I Encontro de Turismo em Espaços Rurais e Naturais (TERN), que se realizou entre 2 e 4 de Outubro de 2003, na Escola Superior Agrária de Coimbra (ESAC), e que teve como principal objectivo a criação de um fórum de discussão alargado para a reflexão e divulgação de estratégias e práticas específicas do turismo em espaços rurais e naturais. Pretendeu-se “cruzar e confrontar abordagens académicas, científicas e profissionais sobre o tema e os problemas que lhe andam associados; activar sinergias entre os diferentes tipos de abordagens e potenciar o seu inter-relacionamento; avaliar potencialidades, desenvolvimentos e perspectivas de futuro para os novos tipos de turismo em Portugal”. As comunicações e debate organizaram-se em torno de três grandes temas, que foram decalcados para a estrutura de organização deste livro, constituindo-se em três capítulos: Turismo e desenvolvimento local; Turismo e ambiente; e Oportunidades e negócio. Ao longo dos 18 artigos são abordadas estas três temáticas.



**As Artes e as Mãos da História – O Artesanato Vimaranense**  
Coordenação: Isabel Maria Fernandes; Produção e Edição: Oficina; 2007

Com apoio do programa LEADER+

Curtidura e surrimento, cutilaria, ferragem, latoaria, olaria, cantarias, construção civil tradicional, madeiras, indústria de pentes tradicionais em chifre, tecelagem, bordados de Guimarães, arte de bem cozinhar alimentos e a arte de fazer caixas e bombos. São 13 capítulos. Igual número de actividades tradicionais. Treze histórias “de muitas mãos que ao longo dos séculos foram afeiçoando a natureza, dando-lhe forma humana, funções diversas. Mãos que criaram artefactos que passaram para as mãos de outros homens que uso lhes deram.” Neste livro, pretende-se identificar o artesanato e artes tradicionais do concelho de Guimarães, ao mesmo tempo que se procura atribuir visibilidade aos artesãos que se dedicam a estas actividades. Figuras que insistem em manter a tradição, recuperando a história e dando visibilidade e reconhecimento às artes e saberes tradicionais.

**www.soldoave.pt**



Site da Sol do Ave, muito completo, abordando história, objectivos e valências desta associação. A primeira página destaca Notícias e Formação, e abre ligações para: Sol do Ave, Projectos, Contactos e Localização. No primeiro, é possível conhecer a associação, objectivos e participação em diferentes entidades. Nos Projectos encontramos seis projectos: Territórios In, Despertar, Caminhar para a Igualdade, Saber Crescer III, Uns e Outras, e Igualizar Ave. Seguem-se os Contactos da Sol do Ave e a Localização. A seguir, temos a ligação para três departamentos da associação: Educação/Formação, Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Rural. Nesta primeira secção, o Plano de Formação aparece um pouco desactualizado. No campo do Desenvolvimento Social, ficamos a saber que as acções implementadas têm o objectivo de “promover o desenvolvimento integrado do Vale do Ave e a melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos”, ao mesmo tempo que conhecemos projectos em curso, executados e a aguardar aprovação. No Desenvolvimento Rural, salientam-se três pilares fundamentais que enquadram as diferentes acções: LEADER+, medida AGRIS e programa AGRO. Por fim, informações sobre Protocolos, Actividades e CNO - Centro Novas Oportunidades, além de uma ficha de Inscrições Online, e um *Curriculum Vitae* da Sol do Ave para download.

**www.oecd.org**



Página da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), que é uma organização internacional de países comprometidos com os princípios da democracia representativa e da economia de mercado. Entre os objectivos traçados conta-se a ajuda ao desenvolvimento económico e social, estimulando investimentos nos países em desenvolvimento. A página de abertura sustenta-se em notícias e novidades nesta área. Encontra informação detalhada sobre a OCDE, reorganizada por Tópicos, Países, Departamentos e de A a Z. Na secção “Procura” encontramos Estatísticas, Publicações & Documentos, e Novos Lançamentos. No capítulo dos “Recursos” disponibiliza-se informação para Jornalistas, membros do Governo e Sociedade Civil. Os “Serviços Online” garantem acesso a uma livraria online e biblioteca online, alertas e-mail, e RSS. Por fim, na secção “Oportunidades” encontramos vagas de emprego, recursos humanos e candidaturas. No lado oposto, a secção “A não perder” disponibiliza informação variada, estatísticas solicitadas, OCDE nas notícias, fotografias, áudio e vídeo, temas actuais, contactos e mapa do site.

**www.coe.int**



Site do Conselho da Europa (CdE), cuja primeira página destaca essencialmente notícias. No topo de página tem ligações para Procura, Contactos, Emprego, Imprensa/Multimédia e Intranet. Do lado esquerdo, encontra uma barra vertical com ligações para Instituições (Comité de Ministros, Assembleia Parlamentar, Congresso de Autoridades Locais e Regionais, Comissário dos Direitos Humanos, Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e organizações não governamentais), Secretariado (missão, secretário-geral), Actividades (direitos humanos e questões legais, aconselhamento jurídico, coesão social, educação, cultura e património, juventude e desporto), Acordos parciais, Projectos Transversais, e Cooperação. Em língua portuguesa é possível aceder à “A propósito do Conselho da Europa”, com origem e composição, fins, mandato político, modo de funcionamento, orçamento ordinário e realizações concretas.

## Adega Cooperativa de Guimarães

## A Idade Madura

**A Adega Cooperativa de Guimarães nasce em 1962. Durante vinte anos, alterna altos e baixos. Está à beira de fechar as portas, quando um grupo de defensores do património regional vinícola decide apostar, seriamente, no valor Vinho Verde.**



Anos 80. A cultura da vinha está desacreditada, abandonada. Produz-se pouco vinho. Prediz-se o encerramento das adegas cooperativas de vinho e, nomeadamente, da Adega Cooperativa de Guimarães nas mãos de proprietários absenteístas e pouco envolvidos. José Sequeira Braga, actual presidente da direcção da Adega Cooperativa conta que “no final da década de 90, havia propostas concretas para vender o património e distribuir as receitas pelos sócios”.

Entretanto, surge um grupo de sócios/proprietários com vontade de redinamizar a adega cooperativa. Primeiro esbarra contra um estado da arte em franca depressão. Nas palavras do presidente da direcção, também mentor da viragem estratégica da Adega, “não havia matéria-prima de qualidade, não havia quem entregasse uvas; quem ainda tinha vinho, tinha um canal de comercialização directo; vendia-se muito bem o vinho à pipa, sem grandes constrangimentos; não era preciso adega cooperativa para nada e muito menos mal gerida e mal explorada”. O grupo decide fazer tábua rasa do passado. Com o produto da venda do prédio original, complementado por um apoio comunitário, reinveste num novo edifício, inaugurado em Setembro de 2001. E, para superar a ausência de matéria-prima, cria um plano de desenvolvimento vitícola, “para a reconversão de vinhas antigas e plantação de novas vinhas.”

## A Adega e o Vinho renascem

O plano iniciado em 2000 revelou-se fundamental, tanto a nível da quantidade como da qualidade da produção. Os produtores passam a ser acompanhados. As castas de uvas plantadas têm que corresponder às

tendências do mercado, abandonando a ideia de ter centenas de castas para se concentrar em três de branco: Loureiro, Trajadura e Pedernã; e três de tinto, Vinhão, Borraçal e Espadeiro. “Fizemos mais de 100 hectares de vinhas novas, adequadas às nossas necessidades comerciais. A adega, que conta com 120 sócios entregadores, está estabilizada na casa do milhão de quilos de uva, 750.000 litros, 1500 pipas.”

De acordo com a tradição regional, a Adega Cooperativa de Guimarães produz vinho verde, branco, tinto e, mais recentemente, rosé. Depois de grandes investimentos na nova adega e reconversão das vinhas, é a vez do desenvolvimento do departamento comercial. “A comercialização do vinho era feita a granel. O mercado do granel é muito estranho. Este ano parece ser um negócio interessantíssimo, mas nos anos anteriores foi calamitoso. Não deixava margem. Não havendo mais-valia, não é possível remunerar o sócio pelo seu trabalho, o que gera situações de cansaço, abandono e desânimo em relação à própria adega e à fileira de uma maneira geral.”

Para escapar à instabilidade, optou-se pela comercialização directa e autónoma dos vinhos. Daí o pedido de apoio ao LEADER+ da Sol do Ave em 2002, num valor de cerca de 70.200 euros, para a promoção e marketing do Vinho Verde. O primeiro ano é mau, vende-se metade das 10.000 garrafas. Mas passados cinco anos o produto pega, ou seja, em números redondos escoam-se 100.000 garrafas (75.000 litros), dez por cento da produção anual (o restante mantém-se no mercado a granel). Este sucesso comercial deve-se “à qualidade da uva, às condições enológicas da adega, à qualidade humana e às acções promocionais, apoiadas



Maria do Rosário Aranha

pelo LEADER+.” Em 2006, a Adega Cooperativa recorre novamente ao Programa, com o intuito de investir em equipamentos não só para ir de encontro ao crescimento de vendas, mas também para aumentar a capacidade de produção. O investimento total aprovado é de 100.000 euros. “Agora é preciso apostar outra vez, criar notoriedade, manter o padrão de qualidade. Assegurar a relação, assistência e apoio aos nossos produtores. Tentar remunerá-los (o que é o mais difícil) o melhor possível. O objectivo é obter a máxima mais-valia do nosso produto. Isso, tecnicamente, só é possível comercializando engarrafado. Cem por cento da produção será sempre difícil, mas não vamos desistir.” Ao contrário de outras adegas, esta orgulha-se de respeitar o seguinte lema desde 2000, “pagar a uva aos produtores impreterivelmente: 30 por cento a 31 de Janeiro, 40 por cento em Abril e 30 por cento em Julho.”

Refira-se ainda que José Sequeira Braga, engenheiro agrícola de formação, entrou para a adega quando a direcção ainda não pagava as uvas aos sócios, depois de já ter sido testemunha da dívida ao pai.

“Vinhos leves e fáceis de beber”, assim são os VQPRD (Vinhos de Qualidade Produzidos em Região Determinada) brancos, tintos e rosés, “Praça de S. Tiago” e “Adega Cooperativa de Guimarães”.

Maria do Rosário Aranha

**Adega Cooperativa de Guimarães**  
Rua da Boavista  
Quintã de Cima – Prazins  
Apart. 153  
4801-910 Guimarães  
Tel.: 253 570 055  
Fax: 253 570 057  
E-mail: [adegauguimaraes@clix.pt](mailto:adegauguimaraes@clix.pt)

## Ficha Técnica

## Pessoas e Lugares

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+

II Série | N.º 54 - 2008

## Propriedade

INDE - Intercooperação e Desenvolvimento, CRL

## Redacção

INDE

Av. Frei Miguel Contreiras, 54 - 3.º  
1700-213 Lisboa

Tel.: 21 843 58 70 / Fax: 21 843 58 71

E-mail: [pl@inde.pt](mailto:pl@inde.pt)

Mensário

## Directora

Cristina Cavaco

## Conselho Editorial

Cristina Cavaco/INDE, Francisco Botelho (membro honorário), Gestor do Programa LEADER+, Luís Chaves/Minha Terra, Maria do Rosário Serafim/DGADR, Rui Veríssimo Batista/DGADR

## Redacção

João Limão, Maria do Rosário Aranha, Paula Matos dos Santos

## Colaboraram neste número

Adruse, António Realinho (Adraces), António Santos (Ad Elo), Celeste Valente (Rude), David Machado (Rota do Guadiana), Gil Lemaître, Maria do Rosário Serafim (DGADR), José Manuel Henriques (CET/ISCTE), José Neves (Monte), Sol do Ave, Susana Martins (Adrimag)

## Paginação

Diogo Lencastre (INDE), Marta Gafanha (INDE)

## Impressão

Diário do Minho  
Rua de Santa Margarida, n.º 4  
4710-306 Braga

Impresso em Julho de 2008

## Distribuição

DGADR - Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural  
Rede Portuguesa LEADER+  
Tapada da Ajuda - Edifício I  
1349-018 Lisboa  
Telf.: 21 361 32 57 / Fax: 21 361 32 77

## Tiragem

6.000 exemplares

## Depósito Legal

n.º 142 507/99

## Registo ICS

n.º 123 607

Os artigos assinados exprimem a opinião dos seus autores e não necessariamente a do proprietário e Conselho Editorial deste jornal.



Ministério da  
Agricultura,  
do Desenvolvimento  
Rural e das Pescas



Comissão Europeia  
Programa LEADER+